

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS
PRODUÇÃO CULTURAL

MARIAH CHRISTINE RAFAEL GUEDES DA SILVA

GESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS (RJ)
Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE



RIO DAS OSTRAS
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS
PRODUÇÃO CULTURAL

MARIAH CHRISTINE RAFAEL GUEDES DA SILVA

GESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS (RJ)

Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura

RIO DAS OSTRAS

2009

MARIAH CHRISTINE RAFAEL GUEDES DA SILVA

GESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS (RJ)

Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Produção Cultural do Pólo Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural.

Orientadora: Professora ADRIANA RUSSI TAVARES DE MELLO

Rio das Ostras

2009

Catálogo na fonte. UFF / NDC / Biblioteca de Rio das Ostras.

306

S586 Silva, Maria Christine Rafael Guedes da.

2009 Gestão cultural no município de Rio das Ostras (RJ): Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura / Maria Christine Rafael Guedes da Silva.

– Rio das Ostras: [s. n.], 2009.

70 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Produção Cultural)

– Universidade Federal Fluminense. Pólo de Rio das Ostras, 2009.

1. Política cultural. 2. Gestão cultural. 3. Espaço cultural. 4. Rio das Ostras (RJ).
I. Título. II. Mello, Adriana Russi Tavares de (Orientadora).

MARIAH CHRISTINE RAFAEL GUEDES DA SILVA

GESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS (RJ)

Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Produção Cultural do Pólo Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural.

Aprovado em 05 de Janeiro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Professora ADRIANA RUSSI TAVARES DE MELLO – Orientadora

UFF

Professor JOÃO LUIZ PEREIRA DOMINGUES – Examinador I

UFF

Professora RÔSSI ALVES GONÇALVES – Examinador II

UFF

Rio das Ostras

2009

FACULDADE FEDERAL DE RIO DAS OSTRAS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

**ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM
PRODUÇÃO CULTURAL.**

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de 2010, às 11 horas, realizou-se nas dependências do Pólo Universitário de Rio das Ostras a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II (Monografia) intitulado *GESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS (RJ): Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura* apresentado por MARIAH CHRISTINE RAFAEL GUEDES DA SILVA sob orientação do Profa. ADRIANA RUSSI TAVARES DE MELLO.

A comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

Profa ADRIANA RUSSI TAVARES DE MELLO
Professora Orientadora

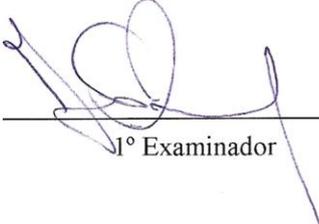
Prof. JOÃO LUIZ PEREIRA DOMINGUES
1º Examinador

Profa. RÔSSI ALVES GONÇALVES
2º Examinador

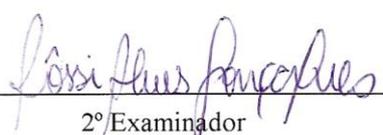
Após a apresentação da candidata, a Comissão Examinadora passou à arguição pública. A aluna foi considerada Aprovada (aprovada ou reprovada), com nota 10,0 (DEZ). E para constar do processo respectivo, a Comissão Examinadora elaborou a presente ata, que vai assinada por todos os membros.



Profa. Orientadora



1º Examinador



2º Examinador

APRESENTAÇÃO

Intitulado “*Gestão Cultural no Município de Rio das Ostras (RJ) - Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura*” este trabalho de conclusão de curso é resultado de pesquisa realizada durante o quadriênio 2006-2009, e foi apresentado em arguição pública no dia 05 de janeiro de 2010 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel na graduação em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense no Pólo Universitário de Rio das Ostras – PURO/UFF. O trabalho foi aprovado com nota máxima pela comissão avaliadora.

Aproveito este espaço para agradecer a minha orientadora, Ms. Adriana Russi, pelos sucessivos encontros e críticas, e aos outros membros da banca examinadora, os avaliadores Dra. Rôssi Alves e Ms. João Domingues, por suas observações incisivas. Agradeço também a todos aqueles que colaboraram de alguma forma com o desenvolvimento da pesquisa, como meus amigos e colegas de profissão que deram suas contribuições, aos funcionários de secretarias da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras e, claro, aos gestores e funcionários da Fundação Rio das Ostras de Cultura – em especial os da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior. Agradeço ainda ao apoio incessante de J. F. V. Coutinho no ano final da pesquisa e aos meus pais, que sempre me motivaram para continuar com o trabalho – ambos também ex-alunos da UFF. Muito obrigada a todos.

Aos que se interessarem pelo tema do trabalho e pela Produção Cultural como um todo, ou os que tiverem alguma objeção e/ou sugestões a fazer, peço que entrem em contato comigo pelos meios abaixo relacionados. Busco agora levar essa pesquisa a um nível mais detalhado, e espero poder novamente contar com o apoio dos meus.

MARIAH GUEDES

Produtora Cultural

(22) 9898-8008

mariah.guedes@gmail.com

www.twitter.com/MariahGuedes

RESUMO

Análise do papel da Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC) na gestão cultural do município de Rio das Ostras (RJ) a partir da abordagem de seu breve histórico de formação político-administrativa, dos equipamentos culturais mantidos pela FROC, das políticas culturais previstas na legislação municipal e dos perfis dos públicos que usufruem dos projetos implantados por esta fundação com base em pesquisas sobre diferentes públicos consumidores de cultura em Rio das Ostras. Destaque para a unidade cultural tida como de maior relevância histórica e patrimonial para o município – a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior – e para o uso que é feito deste e de demais espaços culturais por meio da sociedade civil. Comparação entre os índices de desenvolvimento do município desde a sua emancipação e a relação com o uso de seus recursos financeiros diretos e indiretos aplicados na cultura. Comentários sobre os principais programas, eventos e ações do poder público municipal para a área da Cultura em Rio das Ostras, com análises comparativas de políticas públicas nacionais para a cultura – nas esferas estadual e federal. Sugestões de propostas específicas para o setor cultural e para articulações com demais órgãos municipais com base em análise de documentos como a Lei Orgânica, o Plano Diretor e o Orçamento Participativo de Rio das Ostras.

Palavras-chave: Espaço Cultural; Gestão da Cultura; Política Cultural; Públicos.

ABSTRACT

Analysis of the role from Rio das Ostras Culture Foundation (FROC) over Rio das Ostras' (RJ) cultural management starting from its brief political-administrative history, from the cultural facilities maintained by FROC, from the cultural policy foreseen at the municipal legislation and the public profiles that use the implemented projects by this foundation based in searches about different public that consume culture in Rio das Ostras. A detach for the cultural unit known as the biggest in patrimonial and historical relevance for the city - Cultural House Dr. Bento da Costa Júnior - and for the use done of this and other cultural facilities by the civil society. A comparison in between the city development indexes since its emancipation and the relation with the use of its direct and indirect financial resources applied to the culture. Comments about the main programs, events and actions from the Municipal government for the Cultural area in Rio das Ostras, with comparative analysis of national public politics for the culture - in the State and Federal spheres. Suggestions of specific proposals for the cultural sector and for the articulation with other Municipal organs based in the analysis of documents like the Organic Law, the Master Plan and Rio das Ostras' Participative Budget.

Keywords: Cultural Facilities; Culture Management; Cultural Policy; Public.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 2

1 – BREVE HISTÓRICO DE RIO DAS OSTRAS (RJ), p.5

1.1 – Do aumento populacional e do desenvolvimento municipal, p. 9

2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA, p. 17

2.1 – Das formas de gestão pública para a cultura em Rio das Ostras, p. 19

3 – A FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA (FROC), p. 29

3.1 – Da atuação da FROC, p. 30

3.2 – Da realização de projetos e captação de recursos pela FROC, p. 37

3.3 – A Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, p. 40

3.3.1 – Da organização estrutural e administrativa da Casa da Cultura, p. 42

4 – PERFIL PRELIMINAR DO PÚBLICO CONSUMIDOR DA CULTURA EM RIO DAS OSTRAS, p. 47

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 60

6 – REFERÊNCIAS, p. 65

7 – ANEXOS, p. 70

7.1 – Do Plano Diretor de Rio das Ostras

7.2 – Da Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras – Parte I

7.3 – Da Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras – Parte II

7.4 – Questionário: Processos de Gestão Cultural

7.5 – Questionário: Administração e Gerência Cultural II

7.6 – Pesquisa Sócio-Cultural 2005

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo principal traçar um breve panorama comentado dos programas, projetos, eventos e ações culturais organizados pela Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC), autarquia criada em 1997, como única unidade administrativa para a cultura no município de Rio das Ostras (RJ), a partir de pesquisa realizada durante o período compreendido entre os anos de 2006 a 2009.

Apresenta-se assim um estudo do gerenciamento dos equipamentos culturais mantidos por este órgão público municipal criado para o setor, com destaque para o funcionamento de sua principal unidade de cultura: a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior.

A Casa da Cultura supracitada é um espaço cultural tido como de maior relevância histórica, patrimonial e cultural para o município, devido ao seu contexto de formação e por abrigar na mesma estrutura de sua sede iniciativas como o Centro de Memória Documental e também o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba.

Parte deste estudo analisa a atuação da FROC a partir do que está documentado na legislação de Rio das Ostras, utilizando-se majoritariamente de análises comparativas do Plano Diretor e da Lei Orgânica municipais, em seus capítulos que apresentam direcionamentos para o campo da cultura e ações integradas desta com demais setores da política municipal local.

Buscou-se também elaborar um perfil preliminar dos públicos de Rio das Ostras, comparando o público identificado por pesquisas da FROC aos públicos identificados por demais pesquisas que serão aqui apresentadas. A partir da confrontação destes dados, com foco no público que consome cultura em Rio das Ostras, analisou-se uma possível demanda do público local.

O referencial teórico adotado neste trabalho, dentre os conceitos abordados, partiu da visão de gestão cultural de Marta Porto (2006), assim como da terminologia de espaços culturais concebida por André Malraux e trabalhada por Teixeira Coelho (1997) e da definição de público apresentada por Carlos Alberto Dória (2003), autores conceituados e reconhecidos em seus respectivos campos. Como apoio para o desenvolvimento do tema, foram utilizados textos do Ministério da Cultura (MinC) para auxiliar na análise das definições aqui empregadas de gestão cultural, ações públicas e demandas, além de exemplos deste Ministério que foram úteis nas comparações com dados de Rio das Ostras.

Como metodologia, este trabalho utilizou-se de pesquisas de campo com visitas para observação dos espaços culturais mantidos pela FROC e entrevistas semi-estruturadas com gestores municipais, além de entrevistas qualitativas com funcionários desses espaços.

A opção por estes instrumentos se deu por dois principais motivos: a necessidade de contato direto com os gestores ligados à FROC para conseguir informações mais detalhadas das políticas municipais para o setor e a dificuldade na obtenção de documentos sobre aspectos da gestão cultural em Rio das Ostras, assim como de políticas municipais com enfoque no tema.

Além disso, foram utilizados outros tipos de instrumentos para coleta de dados – a aplicação de questionários quantitativos e qualitativos a uma parcela dos públicos e análise de fontes secundárias, tais como documentos de apoio, textos, tabelas, gráficos, mapas, figuras. No entanto, a pouca quantidade disponível deste material para consulta prejudicou a coleta de dados e o andamento da pesquisa. O uso de sítios na *internet*, em especial para analisar notícias e relatórios de outros meios, também foi importante para o desenvolvimento deste material.

Este tipo de abordagem visou proporcionar ainda uma melhor vivência em campo do trabalho, com o conhecimento e fruição dos espaços culturais, buscando conseqüentemente viabilizar uma coleta de dados mais detalhada para o desenvolvimento do tema. Desta forma, foi possível verificar de forma mais acurada ações e demandas culturais no município.

Dentre os objetivos deste trabalho, busca-se responder a alguns questionamentos que surgiram quando da delimitação do objeto de estudo – genericamente, a FROC – e também concomitantemente à realização da pesquisa. Assim, dentre as questões que nortearam o trabalho, ressaltam-se: *Qual o impacto da gestão municipal de cultura realizada por este órgão? A atuação da FROC tem destaque regional, podendo ser utilizada de exemplo para outros municípios? A percepção que a FROC tem de suas ações condiz com a visão que*

diferentes públicos têm em relação a ela? Que tipo de ações poderiam ser implementadas para auxiliar no modelo adotado pela FROC?. Além destas, foram analisadas demais questões de menor expressão, mas cujos resultados também são apresentados.

No item Considerações Finais, são apresentadas possíveis sugestões passíveis de serem adotadas com vistas a proporcionar melhorias na atuação da FROC à luz dos resultados obtidos, afinal um dos objetivos afins a este trabalho é auxiliar na elaboração das estratégias de ação que facilitem o contato entre os agentes culturais aqui citados.

A justificativa fundamental para a realização deste trabalho se deu a partir da já previamente citada dificuldade em se obter dados atualizados sobre o setor cultural de Rio das Ostras, juntamente da motivação pessoal de retribuir localmente os conhecimentos adquiridos em quase cinco anos de graduação em uma universidade pública no município. O intuito principal deste material é apresentar dados e informações que sirvam para documentar o setor da cultura em Rio das Ostras.

Com isto, pretende-se apresentar com este trabalho possíveis formas de articulação para diferentes setores do campo da cultura em Rio das Ostras, com a perspectiva de torná-lo um segmento atraente, auto-sustentável e mais organizado em suas diferentes esferas no município.

1 – BREVE HISTÓRICO DE RIO DAS OSTRAS (RJ)

A História do município de Rio das Ostras, localizado na Região das Baixadas Litorâneas no Estado do Rio de Janeiro (RJ), destacado na figura 1, remonta ao tempo das Capitanias Hereditárias, em especial no período compreendido entre 1534-1536, quando da doação de Dom João III a Martin Afonso de Sousa dos dois lotes da capitania de São Vicente, que posteriormente se transformaram no território do estado¹.

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro²(RJ)



Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE).

¹ De acordo com dados do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac. Disponível para consulta *online* no sítio <www.inepac.rj.gov.br/arquivos/Historico_Estado.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2009.

² Mapa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) datado de 2004. Abrange todos os 92 municípios do Estado. Destacado em amarelo está o município de Rio das Ostras. À esquerda da área do estado, mapa do Brasil, com destaque em vermelho da Unidade Federativa do Rio de Janeiro (1975-) de acordo com dados da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível para consulta *online* no sítio <www.imprensaoficial.rj.gov.br>. Acesso em: 17 de novembro de 2009.

Dos poucos registros históricos encontrados sobre Rio das Ostras, destacam-se os dados de uma História que se funde com a de demais municípios de seu entorno, e observa-se que Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu e Macaé, devido à proximidade geográfica, possuem uma formação populacional semelhante, em sua maioria composta por indígenas e jesuítas, assim como Rio das Ostras.

Esta influência da formação populacional dos jesuítas ainda pode ser observada no município em questão. Um dos traços mais significativos da presença jesuítica em Rio das Ostras era a Igreja Nossa Senhora da Conceição, construída por mão-de-obra escrava e que desmoronou na década de 1950. Dentre os legados remanescentes da época, destacam-se o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição³, padroeira do município, e o cemitério local, conforme figuras 2 e 3. Assim como a igreja, eles foram construídos no século XVIII e sua estrutura em pedras também foi feita por mão-de-obra escrava.

Figuras 2 e 3 – Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição e Cemitério



Já a influência de indígenas se faz presente nos sítios arqueológicos existentes no município, onde foram encontrados artefatos do cotidiano tupi guarani. Também foram encontrados objetos datados de até 4 (quatro) mil anos atrás de grupos pré-históricos, conhecidos por “homem sambaquiano”, na área daquele que se tornou o principal ponto arqueológico municipal, o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba⁴ (TRINDADE,

³ Em processo de tombamento estadual, conforme Projeto de Lei nº 1483/2008: “Determina o tombamento, por interesse histórico, artístico e cultural, como patrimônio arquitetônico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, o Poço das Pedras Largo Nossa Senhora da Conceição no município de Rio das Ostras”.

⁴ O processo de musealização do Sambaqui da Tarioba foi iniciado em 1967, quando o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) localizou e reconheceu a região como área de interesse arqueológico. Também está em processo de tombamento estadual, conforme destacado neste trabalho.

1999), localizado no mesmo imóvel da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, conforme mostrado na figura 4. Todos estes marcos citados estão localizados no centro do município.

Figura 4 – Imóvel da Casa da Cultura com Museu Arqueológico ao fundo



A localização de Rio das Ostras, situada na região ocupada por indígenas das tribos Goytacáz (Campos dos Goytacazes) e Tamoios (Cabo Frio), foi demarcada em 1630, quando terras da sesmaria que permeava o Rio Leriipe foram cedidas para o Colégio dos Jesuítas pelo Capitão-Mor Governador Martin Corrêa de Sá, entre a área de Itapebussus e o próprio Rio Leriipe, na divisa com Macaé, onde hoje se encontra Rio das Ostras. Foi do nome do rio, aliás, que surgiu a primeira denominação da cidade, Leriipe, que significa “ostra”, conforme consta em registro do livro “Pérola entre o rio e o mar” (LIMA, 1998), sobre a formação histórica do município. Atualmente esta região está preservada como o Parque Natural de Itapebussus e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Itapebussus⁵.

Mesmo com essa proximidade de municípios que tiveram destaque no cenário brasileiro durante o Caminho do Ouro (séculos XVII e XVIII) como Campos e Macaé, Rio das Ostras era uma localidade sem grandes atrativos para os transeuntes, por não ser a rota mais adequada para chegar à região de Minas Gerais, principal destino econômico e político de relevância da época.

⁵ A área de Itapebussus é mantida pela Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (PMRO). Ambas as unidades citadas foram criadas pelo Decreto Municipal 028/2000. Disponível para consulta *online* no sítio do Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira (CILSJ), no item <www.lagossaojoao.org.br/rio-ostras.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2009.

Foi apenas a partir do final do século XIX, com a implementação da “Linha do Litoral” da Estação Ferroviária de Rocha Leão⁶, na zona rural de Rio das Ostras, em 1888, e já na segunda metade do século XX, com a construção da principal via de acesso da capital do estado do Rio de Janeiro à Região dos Lagos - a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106)⁷, entre as décadas de 1970 e 1980, que Rio das Ostras passou a ter destaque regional, fazendo parte dos principais roteiros turísticos. A implantação da ferrovia possibilitou trabalho aos moradores do entorno e também teve sua parcela de contribuição para a formação do processo de identificação do morador da localidade de Rio das Ostras com o espaço em que ele estava inserido, conforme será abordado no próximo capítulo deste trabalho.

A efetivação da rodovia, diminuindo o tempo e a distância entre a capital e o litoral norte do Estado, e a consequente expansão turística de toda a circunvizinhança, na década de 1960, além da descoberta de petróleo em Macaé, na década de 1970, atraíram atenção para a região, já que oportunidades de emprego e opções de lazer passaram a estar reunidos no mesmo espaço. Esses acontecimentos contribuíram fundamentalmente para a emancipação de Rio das Ostras, iniciada no começo dos anos 70.

Essa trajetória de administração pública em Rio das Ostras é muito recente, com um processo de emancipação que passou por algumas etapas ao longo de pouco mais de duas décadas. O distrito de Rio das Ostras (decreto-lei nº 225, 01/03/1970), foi criado a partir do povoado local. Este é o primeiro distrito municipal, sendo o segundo da localidade de Rocha Leão.

A cidade foi emancipada pela lei estadual nº 1.984, em 10 de abril de 1992, quando se desmembrou política e administrativamente do município de Casimiro de Abreu. Rio das Ostras tem, portanto, 17 anos completados em 2009.

No brasão do Município de Rio das Ostras, observa-se a inscrição gráfica dos dois anos mais importante para a cidade, até o presente momento: o de criação do primeiro distrito e o da efetivação da emancipação, como pode ser observado na figura 5. Ambos os anos destacam o início do processo de formação municipal e de organização político-administrativa de Rio das Ostras.

⁶ Dados do sítio Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível para consulta *online* no item da estação de Rocha Leão <www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/rocha.htm> e no item sobre Rio das Ostras <www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_3/riodasostras.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2009.

⁷ Dados do documento “Estado do Rio de Janeiro - Evolução do Sistema Rodoviário na Região dos Lagos”. Disponível para consulta *online* em <<http://zrak7.ifrance.com/nit-rodo.pdf>>. Acesso em: 04 de setembro de 2009.

Figura 5 – Brasão do Município de Rio das Ostras (RJ)



Além dos anos destacados, observam-se ao centro aqueles que serão adotados pelo governo municipal como os três principais símbolos de identidade do riostrense: o pescador, a ferrovia e a ostra. Cabe destacar esses símbolos porque eles serão utilizados também pela Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC) na elaboração do perfil identitário do riostrense, direcionando políticas e ações culturais, como a criação do Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira, antiga estação de trem em Rocha Leão.

Após a criação do distrito de Rio das Ostras, em documento datado de 01/01/1979, foi fixada a sua divisão territorial, ainda válida de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸. Com 231 km² de área total, a localidade de Rio das Ostras está a aproximadamente 170 km da cidade do Rio de Janeiro, e este posicionamento estratégico na região gera benefícios e desvantagens, conforme descrito a seguir.

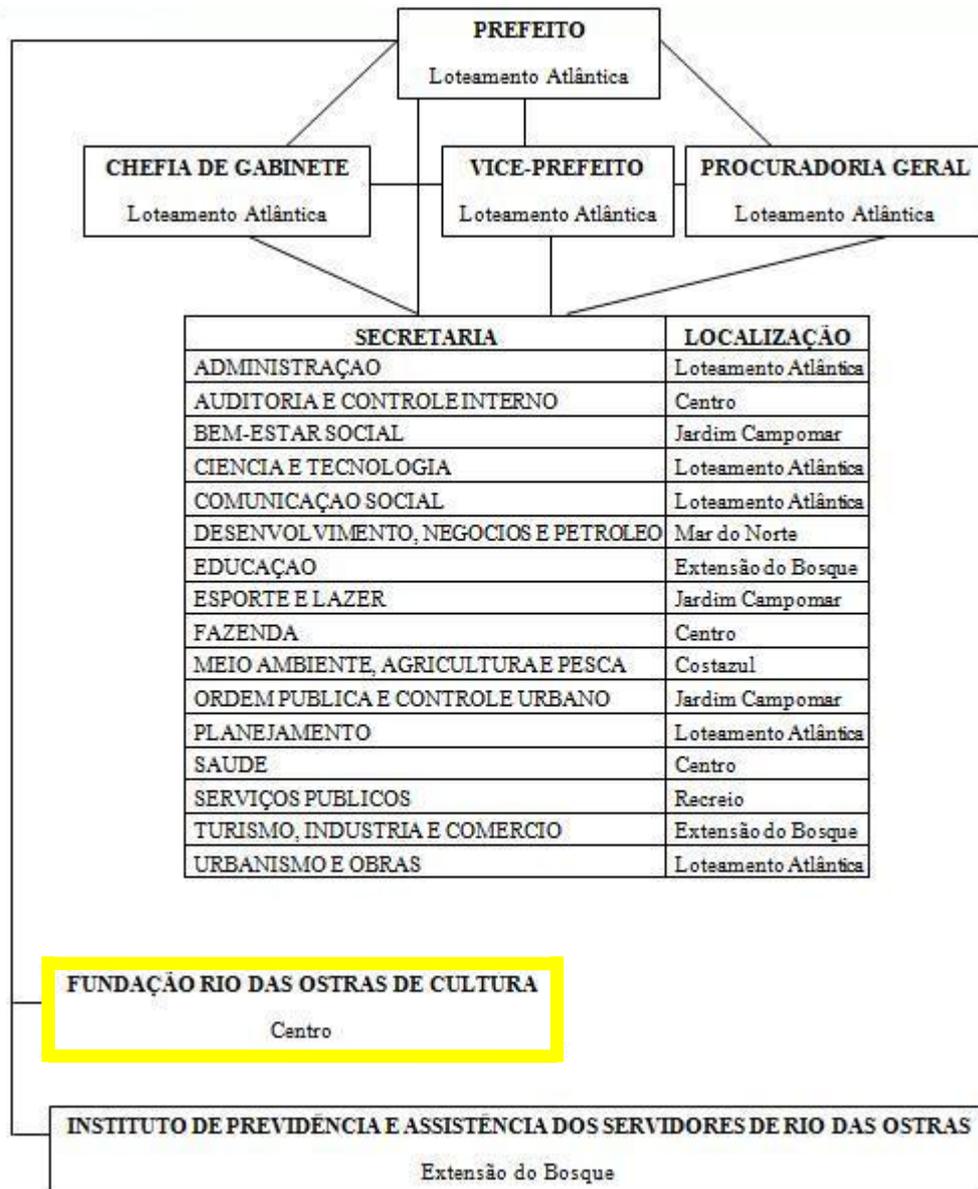
1.1 – Do aumento populacional e do desenvolvimento municipal

Com a sua emancipação, em 1992, Rio das Ostras começou a constituir secretarias e demais órgãos político-administrativos. A atual estrutura da Prefeitura Municipal de Rio das

⁸ Dados colhidos no sítio oficial do IBGE. Disponível para consulta *online* em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de setembro de 2009.

Ostras (PMRO), ano de 2009, com destaque para a Fundação Rio das Ostras de Cultura, pode ser observada na figura 6⁹.

Figura 6 – Estrutura da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras - Poder Executivo

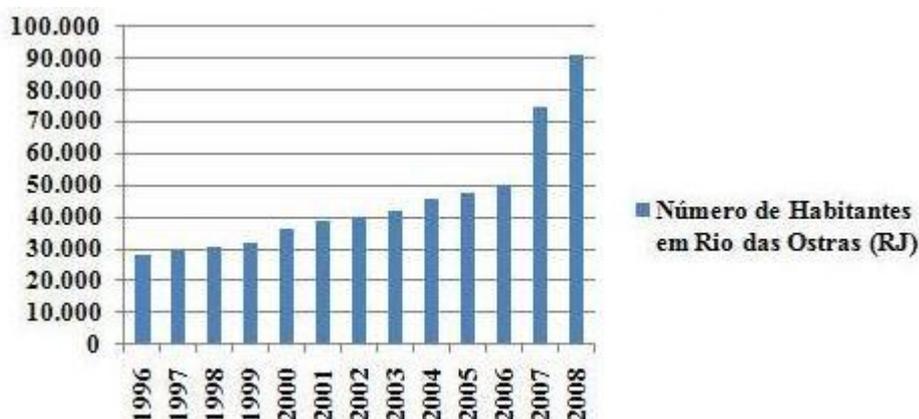


⁹ Todas as secretarias municipais são autônomas entre si. A Fundação e o Instituto não possuem vínculo com as secretarias de Rio das Ostras.

A atuação de todas estas unidades executivas é norteada pelo Plano Diretor do Município de Rio das Ostras e também pela Lei Orgânica Municipal, conforme será abordado em um capítulo exclusivo deste trabalho.

No contexto demográfico, Rio das Ostras possuía 28.106 habitantes no ano de 1992, de acordo com dados de anos intercensitários do IBGE, fornecidos no biênio 1995-1996. Após a efetivação da exploração de petróleo e gás natural pela Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A) na Bacia de Campos, criando sedes administrativas na cidade vizinha de Macaé, e, paralelamente tendo se tornado pólo turístico, o município passou a ter mais destaque no cenário nacional, atraindo pessoas de diversas regiões do Brasil tanto em busca das benesses econômicas quanto de lazer. Com o aumento de interesse pela região da Bacia de Campos, dados referentes ao ano de 2002 indicam que 40.248 habitantes já moravam à época em Rio das Ostras. Entre a pesquisa citada de 1996 e a de 2002, o aumento populacional foi de 43,2%. Essa alteração no quantitativo de habitantes do município pode ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Demografia: Aumento Populacional em Rio das Ostras (RJ)



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já no censo seguinte, dados apontam que o município possuía 74.750 habitantes em 2007. Com isso, a taxa de crescimento entre 2002 e 2007 foi de 85,72%, com uma taxa anual abaixo de 10%, à exceção de 2007, quando houve uma explosão demográfica na cidade, com taxa de quase 50% de aumento. Estimativas de 2008 apontam 91.085 habitantes em Rio das Ostras, com uma taxa prevista para estabilizar em 10% de aumento populacional, conforme pode ser observado na tabela 1. Esta taxa anual de crescimento é a maior do RJ, e tem gerado

diversos impactos de ordem pública, como políticos, sociais, econômicos, culturais, dentre outros.

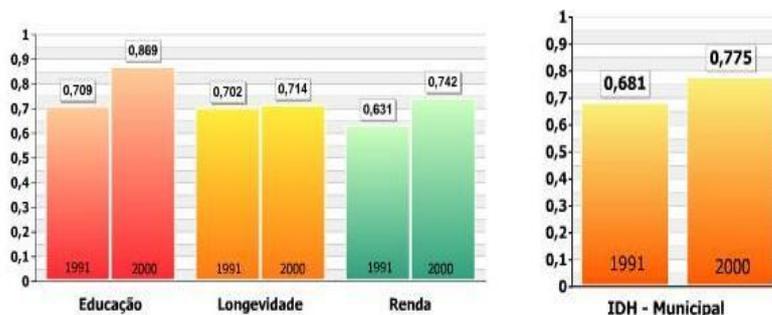
Tabela 1 – Demografia: Contagem Populacional de Rio das Ostras (RJ)¹⁰

ANO	HABITANTES	TAXA ANUAL (%)
1996	28.106	Não disponível
1997	29.569	5,21
1998	30.802	4,17
1999	32.036	4,01
2000	36.419	13,68
2001	39.046	7,21
2002	40.248	3,08
2003	42.024	4,41
2004	45.755	8,88
2005	47.819	4,51
2006	49.868	4,28
2007	74.750	49,9
2008	91.085	21,85

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar destes impactos citados, que norteiam as políticas públicas de ação social e desenvolvimento urbano em Rio das Ostras, com projetos de saneamento para a cidade, incentivos para moradores de baixa renda, investimentos na criação e manutenção de escolas e outros programas, o município possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.775, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). Esse dado pode ser observado mais detalhadamente adiante no gráfico 2, que analisa o índice de desenvolvimento do município no ano anterior à sua emancipação político-administrativa e oito anos após a mesma.

Gráfico 2 – Comparativo de IDH para Rio das Ostras (1991 e 2000)



¹⁰As taxas comparadas citadas no texto, referentes aos anos de 2002-2007, de 85,72%, e 1996-2002, de 43,20% foram feitas analisando o aumento geral no comparativo apenas entre esses anos, de acordo com dados do IBGE.

Esse IDH relativamente alto deixa Rio das Ostras como o 34º município no *ranking* estadual e, no contexto nacional, como o 1188º no *ranking* geral, que em 2000 analisou 5.507 cidades brasileiras. Na tabela 2 essa relação é mais bem explicitada.

Tabela 2 – IDH Comparativo de Rio das Ostras e Municípios do Entorno 2000¹¹

MUNICÍPIO	IDH	UF	NACIONAL	REGIONAL
Araruama	0,756	49	1700	10
Armação dos Búzios	0,791	12	785	3
Arraial do Cabo	0,790	14	803	4
Cabo Frio	0,792	11	751	2
Campos dos Goytacazes	0,752	54	1818	11
Carapebus	0,741	62	2134	12
Casimiro de Abreu	0,781	24	1020	6
Conceição de Macabu	0,738	65	2192	13
Iguaba Grande	0,796	9	645	1
Macaé	0,790	17	815	5
Quissamã	0,732	74	2374	14
Rio das Ostras	0,775	34	1188	8
São Pedro da Aldeia	0,780	27	1049	7
Saquarema	0,762	46	1535	9

Fonte: Dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Estes dados, porém, referem-se ao ano de 2000, ou seja, há quase uma década, quando Rio das Ostras possuía pouco mais de um terço (39%)¹² de sua população atual. Dados do IBGE de 2005 mostram que Rio das Ostras tem figurado, nos últimos anos, entre os dez maiores Produto Interno Bruto (PIB) municipais¹³, ao lado das cidades vizinhas de Macaé, Carapebus e Quissamã, todas impulsionadas pela economia derivada do petróleo e do gás natural. Ainda de acordo com dados do IBGE, em 2000 a renda média do riostrense era de R\$331,43, e 15% da População Economicamente Ativa (PEA) do município estava sem emprego. Em 2005 esta renda já era de R\$ 13.277,22, e a taxa de desemprego havia diminuído para 7,6%. A taxa de pobreza em Rio das Ostras também tem diminuído. Em 2000, 38,4% da população local recebia até meio salário mínimo por mês, ante 18,2% em 2005. Já

¹¹ Foram utilizados para a criação desta tabela dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) acerca de quatorze municípios da Região dos Lagos e do Norte Fluminense. A quinta coluna, denominada “REGIONAL”, analisa a posição destes municípios apenas neste universo de cidades pesquisadas. Disponível para consulta *online* no sítio <www.cnm.org.br>. Acesso em: 19 de abril de 2009.

¹² Relação entre o número de habitantes de Rio das Ostras no ano de 2008 e o no ano de 2000.

¹³ De acordo com dados do IBGE, “Em 2004, os dez maiores PIB *per capita* municipais foram os de São Francisco do Conde (BA), Triunfo (RS), Quissamã (RJ), Porto Real (RJ), Paulínia (SP), Carapebus (RJ), Rio das Ostras (RJ), Cascalho Rico (MG), Araporã (MG) e Macaé (RJ)”. Disponível para consulta *online* no sítio <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=763>. Acesso em: 15 de junho de 2009.

dados referentes ao quadriênio 2006-2009, período analisado com mais detalhe por este trabalho, ainda não foram divulgados.

Nos últimos anos, com a maior taxa de crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro, a alta renda *per capita* e investimentos nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, Rio das Ostras tem despontado no cenário nacional. O município foi o primeiro no Brasil, por exemplo, a firmar uma parceria público-privada (PPP)¹⁴ para o setor de saneamento (coleta de esgoto, pavimentação e drenagem), com a empresa Odebrecht e o Banco do Brasil.

Esse pioneirismo de Rio das Ostras mostra o pensamento estratégico que tem dominado a gestão municipal nos últimos anos, que apesar das falhas, advindas principalmente do processo de *favelização* de alguns bairros¹⁵ a partir do grande crescimento populacional desde sua emancipação, tem se destacado perante o contexto regional¹⁶. Projetos municipais das secretarias de Bem Estar Social e Ciência e Tecnologia têm investido em minimizar os danos gerados pela procura de Rio das Ostras como um segundo “eldorado” do petróleo, logo atrás de Macaé¹⁷.

No âmbito da educação, a taxa de analfabetismo em Rio das Ostras era de 12,7% no ano de 2000. De 2005 a 2008, a taxa de alfabetização de jovens e adultos está em 89,4%, e a frequência escolar dos alunos da educação básica é de 81,8%. O município possui ainda uma instituição pública de ensino superior com cursos de graduação – a Universidade Federal Fluminense, um pólo da Universidade Aberta do Brasil, com cursos sequenciais e de pós-graduação, e também uma instituição privada de ensino superior, a Faculdade Cenecista de Rio das Ostras – Rede CNEC, administradora no município do Instituto Superior Mendes de

¹⁴ Notícia da Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro veiculada em Setembro de 2007 com o título de “Parceria Público Privada (PPP) investe R\$ 316 milhões em saneamento em Rio das Ostras”. Disponível para consulta *online* no sítio <www.imprensa.rj.gov.br/SCSiteImprensa/detalhe_noticia.asp?id=40185>. Acesso em: 19 de junho de 2009.

¹⁵ De acordo com dados do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), em notícia veiculada em fevereiro de 2004, o Rio de Janeiro é o Estado mais favelizado do Brasil, e a cidade de Rio das Ostras é o município do estado com mais alto grau de favelização, índice que em 2000 atingia 40% dos habitantes. Disponível para consulta *online* no sítio <www.iets.org.br/article.php3?id_article=1214>. Acesso em: 28 de outubro de 2009.

¹⁶ Matéria “Prefeitos são homenageados com Medalha Tiradentes” sobre evento na Alerj em que o atual prefeito de Rio das Ostras foi condecorado. Disponível para consulta *online* no sítio da Alerj <www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp?CodigoURL=25528&Fonte=Dados>. Acesso em: 01 de dezembro de 2009.

¹⁷ Matéria publicada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro – Fecomércio-RJ. “Petróleo transforma Rio das Ostras no eldorado fluminense”. Revista Conexão, Edição 22, Novembro de 2007. Disponível para consulta *online* no sítio <www.fecomercio-rj.org.br>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.

Almeida – IMA. Essas instituições de ensino totalizam em Rio das Ostras 874 turmas do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, seis cursos tecnológicos e 15 cursos de nível superior, de acordo com dados do Ministério da Educação¹⁸.

Analisando o campo da cultura, Rio das Ostras possui como único órgão para o setor a Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC). Conforme já foi dito, a FROC foi constituída em 1997, apenas cinco anos depois da emancipação do município. Para efeitos de comparação, a cidade de Macaé também criou a sua fundação no mesmo ano de 1997, mas quando já possuía 184 anos de emancipação. Os projetos para esta área, porém, ainda não atingiram o nível de penetração no público-alvo tal qual previsto pela FROC, de acordo com o que será apresentado em capítulos adiante.

Ainda no contexto geográfico do município, Rio das Ostras faz parte das Baixadas Litorâneas no Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos, também denominada de Costa do Sol, que compreende além dos municípios já mencionados previamente, outros como Araruama, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia e Saquarema, ocupando uma posição estratégica no litoral do Rio de Janeiro em especial devido à proximidade com Macaé e a Bacia de Campos, ainda que sua área municipal represente apenas 0,53% do Estado.

Juntamente dessas cidades e de outros municípios do Norte Fluminense, como Quissamã e Carapebus, Rio das Ostras participa da Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo), o que rende aos municípios envolvidos *royalties* do petróleo, ou seja, uma compensação pela exploração de petróleo e gás natural que afeta toda a região da Bacia de Campos.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), por meio da Superintendência de Controle das Participações Governamentais, Rio das Ostras é o terceiro município da região da Bacia de Campos na lista de distribuição de *royalties*¹⁹. Na tabela 3, pode-se observar o quanto Rio das Ostras recebeu em pouco mais de uma década, só provindo deste segmento econômico. É fundamental destacar a existência dos *royalties* no orçamento municipal, pois se deve a eles a construção e a manutenção de diversos espaços de convívio coletivo em Rio das Ostras, como ginásios, praças e pólos educacionais.

¹⁸ Dados retirados do relatório da Conferência Nacional de Educação apresentados por representantes do município de Rio das Ostras em junho de 2009, durante a 7ª Conferência Municipal de Educação. Disponíveis para consulta *online* no sítio do Ministério da Educação, no item <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/relatorios/rel_riodasostras.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2009.

¹⁹ Dados coletados no sítio InfoRoyalties, da Universidade Cândido Mendes - UCAM. Disponível para consulta *online* em <<http://inforoyalties.ucam-campos.br>>, opção Rio das Ostras. Acesso em: 09 de novembro de 2009.

Tabela 3 – Recebimento de royalties e participações especiais (1999-2009)

ANO	VALOR ANUAL
1999	R\$ 21.227.588,45
2000	R\$ 69.729.496,42
2001	R\$ 89.841.514,55
2002	R\$ 158.669.770,83
2003	R\$ 201.942.934,33
2004	R\$ 221.957.665,16
2005	R\$ 265.866.158,78
2006	R\$ 311.134.130,67
2007	R\$ 240.852.045,75
2008	R\$ 331.550.609,17
2009	R\$ 184.420.477,07
TOTAL	R\$ 2.097.192.391,18

Fonte: Dados do Info Royalties (UCAM-Campos).

Até 1977, quando da descoberta pela Petrobras de petróleo e derivados em Macaé, a maioria desses municípios que hoje são denominados “produtores de petróleo” ou “petro-rentistas²⁰” era de cidades pequenas, com menos de 30 mil habitantes, e atualmente se especula que Rio das Ostras já tenha 100 mil habitantes (expectativa do Censo 2010)²¹. Essa mudança no quantitativo populacional do município servirá de base para a elaboração do perfil de estágios do riostrense pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, que será abordado adiante neste trabalho.

No âmbito econômico, para além do petróleo, segundo o Portal do Cidadão do Estado do Rio de Janeiro²², o município tem como suas principais atividades aquelas ligados ao setor terciário, com destaque para o extrativismo pesqueiro e serviços de hotelaria, construção civil e turismo, sendo esta última uma das atividades econômicas que tem norteado as políticas públicas municipais, e possibilidades de articulação entre turismo e cultura serão abordadas adiante.

²⁰ Termo utilizado para designar os municípios da Bacia de Campos que obtêm renda advinda do petróleo, sem serem locais de fato de exploração e/ou produção do combustível.

²¹ Dados coletados no sítio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Disponível para consulta *online* em <www.cnm.org.br>, opção Rio das Ostras. Acesso em: 17 de abril de 2009.

²² Dados do Portal do Cidadão do Estado do Rio de Janeiro. Disponível para consulta *online* em <www.portaldocidadao.rj.gov.br/municipal.asp?M=54>. Acesso em: 22 de julho de 2009.

2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

Segundo Teixeira Coelho (1997), “a cultura organizacional da cultura” é a forma com que o sistema cultural se apresenta. No Brasil, a estruturação desse sistema ainda está em processo.

O Ministério da Cultura (MinC) tem apresentado na última década, com destaque para as gestões dos ministros Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-), diferentes programas de incentivo à cultura. A criação de um planejamento estratégico com diretrizes específicas para o setor – o Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado em 2009, é a principal iniciativa da atual gestão federal na área da cultura. A implantação do PNC foi iniciada em 2003, quando da realização do Seminário Nacional Cultura para Todos.

Com incentivos aos processos participativos de gestão cultural, assim como à articulação entre diferentes agentes da cultura no país, o PNC constitui-se de propostas para o segmento, válidas por um período de 10 (dez) anos. As trinta propostas prioritárias²³ para a cultura surgiram a partir da I Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005. A II Conferência Nacional de Cultura está prevista para ocorrer em março de 2010.

Das propostas elaboradas durante a I CNC, cabe destacar para análise desta pesquisa aquelas que fazem alguma menção às políticas públicas para a cultura e processos de gestão cultural nos municípios, conforme pode ser observado no destaque feito adiante. O número indica a posição em que a proposta se encontra no documento.

3) Vincular de modo não contingenciável para a Cultura, o mínimo de 2% no Orçamento da união, 1,5% no orçamento dos Estados e Distrito Federal, 1% do

²³ O documento do Ministério da Cultura denominado “30 propostas prioritárias da I Conferência Nacional de Cultura” está disponível para consulta *online* no sítio oficial do MinC, no item <www.cultura.gov.br/upload/ANEXO%20II_1156537965.pdf>. Acesso em: 09 de novembro de 2009.

orçamento dos municípios com aprovação e regulamentação imediata da PEC 150/2003.

5) Implantar o Sistema Nacional de Cultura como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle pela sociedade com distribuição de recursos nos moldes da PEC 150/2003, envolvendo as 3 esferas do governo (federal, estadual e municipal) com conselhos de políticas culturais (no mínimo 50% composto pela sociedade civil), fundos de cultura, relatórios de gestão, conferências de cultura, planos de cultura e orçamento participativo da cultura.

6) Implantar o SNC nas três esferas de governo com conselhos deliberativos, fóruns e conferências, garantindo: fundos de cultura, orçamento participativo, planos de cultura, censo de cultura e relatórios de gestão.

7) Implementar um sistema de financiamento diversificado, nas três esferas de governo, que contemple as necessidades e pluralidades das manifestações culturais, priorizando o financiamento direto, através de fundos e editais; criando linhas especiais de créditos e aprimorando os mecanismos e leis de incentivo fiscal existentes. Fomentar ações integradas no turismo e cultura local bem como para o desenvolvimento sustentável.

10) Fomentar a criação nos municípios, de Centros de Memória com finalidade de promover ações de preservação dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, com responsabilidade compartilhada no âmbito das três esferas públicas e da sociedade civil.

19) Regular e fortalecer FNC - Fundo Nacional de Cultura com ampliação dos recursos e a distribuição dos mesmos por meio de editais públicos de forma a contemplar todas as áreas culturais. Que todas as informações referentes ao FNC sejam disponibilizadas com destaque pelos meios de comunicação de massa a nível nacional, estadual e municipal garantindo, assim, sua transparência e finalidade.

20) Criar, revitalizar e desenvolver instituições museológicas e demais espaços culturais valorizando a preservação do patrimônio cultural em todas as esferas públicas e privadas, e fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas sócio-culturais, valorizando as identidades, a diversidade cultural para a inclusão social nos espaços culturais, como os das universidades públicas, museus e demais instituições de memória.

22) Estimular a criação e implantação de secretarias específicas de cultura e/ou fundações com orçamentos próprios nos estados e municípios.

23) Garantir a aplicação anual de nunca menos de 2% da União, 1,5% dos estados e do Distrito Federal, e 1% dos municípios, da Receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na produção e difusão da cultura nacional.

25) Criar rádios e TVs públicas e comunitárias nas esferas estadual e municipal, garantindo a difusão da produção de cultura local e o intercâmbio entre as regiões. Gerenciados por conselho tripartite, paritário, cada um em sua instância, respectivamente.

28) Criar condições de utilização de todo e qualquer espaço público tais como escolas e centros sociais, praças e terrenos nos seus horários disponíveis para a produção, manifestação artística e sócio-cultural organizadas pela comunidade, de acordo, inclusive, com a agenda cultural do município, garantindo a universalização do acesso à cultura.

30) Fortalecer e reestruturar o IPHAN, implantando superintendências em todos os estados. Fomentar a implantação e/ou o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de preservação.

Observando as propostas acima relacionadas e comparando-as com dados acerca dos mecanismos de gestão cultural em Rio das Ostras conclui-se ser fundamental para o município aderir ao Plano Nacional de Cultura (PNC). O município ainda não instituiu fóruns, fundos ou conselhos, nem convocou conferências de cultura, conforme analisado mais

detalhadamente adiante. No entanto, de acordo com a Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC 2006), “somente 5,1% dos municípios brasileiros contam com fundos próprios de cultura e apenas 5,6% dispõem de legislação específica de incentivo. Contudo, quase 58% dos municípios executam políticas culturais”. A política municipal de cultura de Rio das Ostras também será abordada.

Além dos seminários nacionais, têm sido realizados também os seminários estaduais com cinco eixos temáticos para discussão: 1) “Fortalecimento da ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais; 2) Incentivo, proteção e valorização da diversidade artística e cultural brasileira; 3) Universalização do acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural; 4) Ampliação da participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; 5) Consolidação dos sistemas de participação social na gestão das políticas culturais.

No Estado do Rio de Janeiro, o último seminário ocorreu em novembro de 2008, com base na 2ª edição do Caderno de Diretrizes Gerais para o PNC, já atualizada de acordo com alterações do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Das contribuições fluminenses²⁴, destacam-se propostas para o desenvolvimento da economia da cultura e da valorização do mercado de trabalho. Serão apresentados posteriormente os projetos, programas e demais iniciativas que Rio das Ostras possui para fomentar esses segmentos.

2.1 – Das formas de gestão pública para a cultura em Rio das Ostras

O Plano Diretor de Rio das Ostras, instituído pela Lei Complementar 004/2006, de 10 de Outubro de 2006, não possui item específico que trate da cultura. O tema é abordado dentro de alguns capítulos, como será apresentado a seguir.

No Capítulo IV²⁵, “Dos objetivos e diretrizes gerais da política urbana” (Título I – Das disposições gerais e preliminares), lê-se o seguinte:

Art. 10. São objetivos gerais da política urbana do Plano Diretor do Município de Rio das Ostras:
VII – a proteção ao patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico;

²⁴ As contribuições do Seminário Estadual do Plano Nacional de Cultura – Rio de Janeiro podem ser consultadas *online* no sítio <www.cultura.gov.br/site/2008/12/18/contribuicoes-rio-de-janeiro>. Acesso em: 09 de novembro de 2009.

²⁵ Parte do texto do Plano Diretor de Rio das Ostras foi suprimida para dar destaque aos pontos referentes à cultura. Não houve, porém, prejuízo de conteúdo. O texto original na íntegra do documento está disponível para consulta *online* no site do município <www.pmro.rj.gov.br>, que também pode ser acessado via <www.riodasostras.rj.gov.br>. Acesso em: 23 de setembro de 2009.

Art. 11. São adotadas as seguintes diretrizes gerais de política urbana para assegurar o cumprimento da função social da propriedade:

VI – promover a preservação do patrimônio natural, cultural, histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e arquitetônico do Município;

VIII – fortalecer a identidade do Município, sua cultura, história, paisagem, inclusive como meio de aumentar a atratividade turística.

XIX – fomentar a cultura em todas as suas formas de expressão;

XX – apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

No artigo 10, item VII, e no artigo 11, itens VI e VIII, observa-se a preocupação com a proteção e preservação do patrimônio cultural de Rio das Ostras, em uma tentativa de fortalecer a identidade cultural como atrativo turístico. Isto pode ser exemplificado com o caso do tombamento municipal da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, principal exemplo de patrimônio cultural edificado de Rio das Ostras e em processo de tombamento estadual, conforme citado previamente e que será descrito adiante neste trabalho.

Já nos itens XIX e XX do artigo 11, são apresentados objetivos de fomento à cultura, com ênfase à diversidade cultural e apoio às diferentes manifestações artístico-culturais. No entanto, não há atualmente no município nenhum tipo de política municipal para este fim nem tampouco um instrumento de subvenção municipal de apoio à cultura. Conforme já foi destacado previamente, ainda não foram efetivados os conselhos para o setor cultural, nem convocados conferências ou fóruns pelo poder municipal.

Infere-se que o acelerado crescimento populacional e a recente história político-administrativa do município além da pouca capacitação específica na área de cultura da equipe da Fundação Rio das Ostras de Cultura são empecilhos para a realização desses objetivos citados no Plano Diretor de Rio das Ostras.

Uma das possibilidades de se minimizar ao menos o último dos supracitados problemas seria a efetivação de cursos profissionalizantes para os funcionários e técnicos da FROC, com formação continuada na área de cultura. Outras secretarias municipais, como a de Educação (SEMED), possuem seus projetos gratuitos de capacitação, como o Projeto Casa de Educação, uma unidade da SEMED que tem como público-alvo os professores da rede municipal de ensino, com cursos de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Cultura Afro-Brasileira, dentre outros. Já a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) mantém um espaço denominado Centro de Capacitação Profissional na Zona Especial de Negócios (ZEN) onde são oferecidos cursos de profissionalização para o setor de negócios ligados ao petróleo e a área de serviços, abertos ao público em geral. O exemplo dos parques municipais, mantidos pelas secretarias de Serviços Públicos (SEMSP) e de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAP), que possuem projetos de ecologia e artes plásticas, assim como o Circuito Eco-

Rural de Rio das Ostras, projeto da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (SECTIC) para fomentar o turismo na zona rural do município são modelos que podem servir como projetos integrados entre a FROC e demais órgãos municipais.

Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que no último ano a Casa da Cultura recebeu cursos de capacitação para a área de Patrimônio, tendo tido mais destaque a parceria entre a FROC e o Sistema Estadual de Museus (RJ), que ofereceu no espaço a Oficina de Gestão e Documentação de Acervos, durante o mês de maio de 2009, com a participação de 59 pessoas – sendo, porém, a maioria de outros municípios, de acordo com dados da própria Casa.

Ainda no texto do Plano Diretor, consta um item específico para as políticas públicas de Rio das Ostras, denominado Título II – Políticas públicas e serviços públicos. Não há, porém, um capítulo para a cultura, havendo apenas menções dentro do Capítulo II – Das políticas ambientais, Seção I – Das disposições gerais, onde se lê:

- III – cultivar e preservar as tradições e manifestações culturais da população local, a paisagem local, o patrimônio histórico e cultural;
- VII – promover, direta ou indiretamente, a recuperação das áreas ou bens ambientalmente degradados, sejam urbanos ou integrantes do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e urbanístico;
- XIII – promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e ambiental.

Observa-se neste item o mesmo já apresentado anteriormente, sobre a preocupação municipal com a preservação patrimonial de Rio das Ostras. Com isso, ações para recuperação do Poço das Pedras, citado primeiro capítulo deste trabalho, e para a utilização de prédios antigos para instalação de sedes administrativas de espaços culturais mantidos pela FROC – como o Prédio da Onda, localizado no Centro, oficialmente denominado Centro de Formação Artística, que funciona na antiga Câmara Municipal, são algumas das principais iniciativas do poder público local.

Algo que merece destaque neste item acerca das políticas públicas em Rio das Ostras é o dado de que, ao abordar diversos setores em um mesmo subitem, há a indicação de que a gestão municipal está inclinada a realizar ações integradas para diversas áreas, como meio ambiente, turismo e urbanização, incluindo a cultura como agente de viabilidade destas relações. A efetivação desta proposta, porém, ainda está muito ligada à parte documental, permanecendo sem aplicações práticas declaradas.

O único ponto que aborda de forma clara um assunto que pode ser compreendido como gestão cultural e elaboração de políticas públicas para a cultura é o artigo 167 do Título V – Das disposições finais e transitórias, já na conclusão do documento.

Art. 167. Ficam estabelecidas as seguintes prioridades e prazos para execução e cumprimento pelo Poder Executivo:

IV – Quanto à política de desenvolvimento econômico

e) Instituir programas específicos, através da Fundação Rio das Ostras de Cultura, para atendimento ao disposto no art. 51, XII.

Ao observar o disposto no artigo 51, inciso XII, dentro do Capítulo IV – Das políticas de desenvolvimento econômico sustentável, lê-se o seguinte:

Art. 51. Na execução das políticas públicas de desenvolvimento local, o Governo Municipal aplicará as seguintes diretrizes:

XII – Financiará projetos de desenvolvimento das artes e da cultura em todas as suas formas de expressão, de produção e difusão de bens culturais, estimulando atividades econômicas a elas relacionadas, como o turismo cultural, por meio de fundos especiais, oportunizando trabalho, emprego e renda derivados do produto cultural local.

Não fica claro, porém, como se dará esse tipo de financiamento, já que não há no município nenhum edital específico para iniciativas culturais e tampouco uma lei de incentivo à cultura. A criação de fundos especiais para o setor também ainda não ocorreu. Cabe ressaltar que o Plano Diretor de Rio das Ostras tem até cinco anos após sua data de publicação (2006) para entrar completamente em vigor, tendo a gestão municipal ainda dois anos para efetuar as implantações previstas (até 2011).

Sobre a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, ainda que não haja no espaço cultural nenhuma placa, faixa ou outros instrumentos que identifiquem o seu processo de tombamento, ele está descrito no item Título III – Do ordenamento e controle urbanístico e ambiental, Capítulo II – Da ordenação do parcelamento, uso e ocupação do solo, Seção I – Do zoneamento ambiental, artigo 73, parágrafo 2º do Plano Diretor de Rio das Ostras, onde se lê:

Fica tombado, para preservação, o imóvel que abriga a Casa da Cultura, patrimônio do Município, desapropriado através do Decreto 06/97, cujas restrições necessárias à sua proteção, serão estabelecidas por Decreto do Executivo, não podendo ser a edificação demolida, sem prévia autorização especial da Fundação Rio das Ostras de Cultura, nem ser reparada, pintada ou restaurada na ausência da referida autorização.

O texto do Plano Diretor acrescenta nos demais parágrafos (Anexo 7.1) que os sítios arqueológicos que venham a ser descobertos e as áreas já existentes de proteção e preservação do município serão tombados, estando previstas penas cabíveis para aqueles que causarem

danos a estes espaços. No documento, é citado que cabe à FROC fazer a indicação dos locais com características passíveis de tombamento para que o processo ocorra, mas o Plano Nacional de Cultura indica que a sociedade civil também deve se organizar para auxiliar no reconhecimento de bens culturais de valor para a comunidade.

Além do Plano Diretor de Rio das Ostras, outro documento que apresenta condições de regulamentação das atividades e ações no município é a Lei Orgânica local, promulgada em 09 de Junho de 1994 e publicada em 11 de Janeiro de 2001. Ainda que ela tenha sido posteriormente atualizada para inclusão de emendas, nenhuma das modificações se deu na área da cultura.

A Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras é o único instrumento existente na cidade que indica a criação do que pode ser compreendido como Política Pública para a Cultura. Na Subseção II - Da Cultura (art. 199 a 202), dentro da Seção II - Da Política Educacional, Cultural e Desportiva, incluída no item Título XI – Das Políticas Municipais, lê-se o exposto abaixo:

Art. 199 - O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional, estadual e municipal, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de:

I - atuação do Conselho Municipal de Cultura, a ser criado;

II - articulação das ações governamentais no âmbito da cultura, da educação, dos desportos, do lazer e das comunicações;

III - criação e manutenção de espaços públicos devidamente equipados e acessíveis a população, para as diversas manifestações culturais, vedando-se a extinção de qualquer espaço cultural;

IV - estímulo à instalação de bibliotecas públicas na sede e nos Distritos a serem criados;

V - estímulo ao intercâmbio cultural com os Municípios vizinhos;

VI - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura, da criação artística e qualquer outra forma de expressão cultural.

Art. 200 - O Município, no exercício de sua competência:

I - apoiará as manifestações da cultura local;

II - protegerá, por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico.

Parágrafo Único - Os documentos de valor histórico cultural terão sua preservação assegurada, inclusive mediante arquivo público municipal a ser criado.

Art. 201 - Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

Art. 202 - O Poder Público criará lei que disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

Sobre o Conselho Municipal de Cultura, supracitado no item I, outro item que dispõe sobre a sua forma de funcionamento, assim como dos demais conselhos é o Título XII – Dos Conselhos Municipais, em que se lê que:

Art. 265 - Os Conselhos Municipais são órgãos de cooperação governamental que têm por finalidade auxiliar a Administração no planejamento, execução, fiscalização, controle e na decisão de matérias de sua competência.

Art. 266 - Lei específica definirá as atribuições do Conselho, sua organização, composição, funcionamento e forma de eleição de seus titulares e suplentes, além do prazo de duração de seus mandatos, observados os seguintes princípios:

I - os Conselhos Municipais devem ter sua Composição em número par, assegurada conforme Legislação Federal, a representatividade paritária entre a Administração Pública Municipal e as Organizações não Governamentais (ONGS), facultada ainda por decisão das respectivas conferências municipais para estes fins, a participação de pessoas de notório saber na matéria de competência dos Conselhos;

II - dever, para os órgãos e entidades da Administração, de prestar as informações técnicas e fornecer os documentos que lhes foram solicitados.

Art. 267 - A função de Conselheiro constitui serviço público relevante e será exercida gratuitamente.

Art. 268 - A criação dos Conselhos Municipais é ilimitada, atendendo às necessidades do Município, ficando, desde já, estabelecido o seguinte:

Parágrafo Único - Ficam criados os seguintes Conselhos Municipais, que serão regulamentados por Lei Ordinária:

l) Conselho Municipal de Cultura;

m) Conselho Municipal da Cultura Afro-Brasileira.

A criação dos Conselhos Municipais de Cultura de Rio das Ostras, de acordo com a redação da Lei Orgânica, teria sido automática após a promulgação desta. Apesar de prevista, não foi encontrado nenhum outro documento que indique a efetivação destes conselhos. Devido ao fato de não ter conselho efetivado, Rio das Ostras limita as formas de comunicação entre a FROC e a sociedade civil, por não se utilizar de um instrumento perfeitamente adequado para isto.

O Conselho Municipal de Cultura representa uma modificação do processo decisório da área cultural que vai contra a burocratização nas decisões. Um dos principais resultados do funcionalismo do Conselho é o aumento da exigência de que o município adote uma política cultural, em lugar de uma série de ações desencontradas, promovidas pela Prefeitura, pelo Governo do Estado e pela sociedade. A maior participação de representantes dos setores envolvidos pode contribuir positivamente para a qualidade da política cultural elaborada e para a eficácia de sua execução. Um número maior de idéias tende a circular na elaboração e avaliação de propostas. Passa a haver maior identificação dos agentes culturais com a política cultural. Torna-se possível uma maior aproximação com as aspirações da população²⁶.

O acesso ao Diário Oficial (D.O.) do Município de Rio das Ostras é muito restrito. Este documento, que é utilizado pela Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (PMRO) para divulgar suas ações por meio da Secretaria de Comunicação (SECOM), é distribuído nas

²⁶ Instituto Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Tema: Governo e Sociedade, Dica nº 13. Disponível para consulta *online* no sítio oficial <www.polis.org.br>. Acesso em: 30 de novembro de 2009.

sedes do poder público municipal. Em visitas à PMRO, porém, só havia uma cópia de cada D.O., e ele não podia ser retirado do espaço para consulta.

Além disto, a gestão municipal não envia o documento para o Portal dos Diários Oficiais Eletrônicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, onde ficaria disponível para consulta *online*. Cidades vizinhas como Armação de Búzios e Campos dos Goytacazes disponibilizam seus respectivos D.O. neste endereço virtual²⁷. O sítio da Câmara Municipal de Rio das Ostras <www.camarariodasostras.rj.gov.br>, que também poderia conter estas informações, está indisponível desde 2003. O único sítio que disponibiliza o diário oficial de Rio das Ostras é o Ouvidoria Rio das Ostras, disponível pelo *link* <<http://ouvidoriariodasostras.com>>, uma iniciativa da sociedade civil organizada. No entanto, nesse endereço eletrônico só são disponibilizados os documentos das semanas correntes, não sendo possível acessar arquivos de semanas anteriores.

Adiciona-se ao fato da não-efetivação de seus Conselhos Municipais de Cultura a questão de Rio das Ostras não ter convocado Conferência Municipal de Cultura, conforme já destacado. No Estado do Rio de Janeiro, 67 dos 92²⁸ municípios realizaram suas conferências municipais e/ou intermunicipais de cultura, com delegados representantes com participação prevista na II Conferência Estadual de Cultura, em dezembro de 2009.

No entorno de Rio das Ostras, os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Quissamã foram alguns dos que convocaram Conferência, juntamente de Macaé – que realizou Pré-Conferência e I Conferência de Cultura em 2008 e a II Conferência Municipal de Cultura em 2009.

Ainda de acordo com a Lei Orgânica de Rio das Ostras, no item Título IV – Da Colaboração Popular – Seção II – Da Fiscalização popular, está prevista a participação popular, por meio de audiências públicas convocadas por órgão oficial de imprensa local. No artigo 79, destaca-se o seguinte:

“Será obrigatória a realização de audiência pública, por iniciativa do Poder Executivo, antes da aprovação de: II - atos que envolvam a conservação ou modificação de patrimônio arquitetônico, histórico, artístico, cultural ou ambiental do Município”.

²⁷ Os documentos podem ser acessados no Portal dos Diários Oficiais Eletrônicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro <www.rj.diariooficialdosmunicipios.org>. Acesso em: 30 de novembro de 2009.

²⁸ De acordo com dados da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 73% dos municípios do RJ realizaram conferências de cultura entre 2008 e 2009, tendo elegido 491 delegados para a II Conferência Estadual de Cultura (II CEC/RJ). Disponível para consulta *online* no sítio oficial da instituição, no item <www.cultura.rj.gov.br/2a_conferencia_estadual_cultura.asp>. Acesso em: 11 de dezembro de 2009.

Por mais que esta ação indique uma visão favorável à realização de uma gestão participativa no município, não foram encontrados registros de convocação popular para a modificação da logomarca de Rio das Ostras, cuja mudança é comparada na figura 7. A convocação pode ter ocorrido, mas a já citada dificuldade de acesso aos documentos municipais prejudicou a verificação desta informação.

Figura 7 – Logomarcas de Rio das Ostras



A logomarca de Rio das Ostras, que desde sua emancipação era a de um barco, dando ênfase à figura dos pescadores, com referência simbólica ao morador local, foi modificada entre os anos de 2006 e 2007 para o desenho de uma ponte, devido à construção da Ponte de Costazul, cuja referência simbólica remete ao progresso e à modernização. A logomarca era o mais significativo símbolo da formação populacional do município e estava inserida em todo o material gráfico oficial, assim como nas placas de identificação das ruas.

De acordo com assessores da PMRO, essa modificação foi devido ao processo em que está inserido o município de Rio das Ostras, passando da imagem de cidade tranquila, apenas de lazer e até mesmo bucólica para a cidade do progresso e modernizada.

Outros itens da Lei Orgânica de Rio das Ostras também fazem pequenas menções à área cultural. Políticas para a Educação, para o Turismo, para o Meio Ambiente e até para área Agrícola possuem ao menos um artigo que pode ser relacionado com a temática cultural, com destaque para a preservação e a proteção patrimonial dos bens de relevância à história municipal (Anexo 7.2).

A proteção destes bens também aparece na Lei Orgânica de Rio das Ostras. No item Título III – Do governo municipal – Capítulo II - Do poder legislativo – Seção III – Das atribuições da Câmara Municipal, está escrito que:

Art. 14 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

- I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito:
- b) à proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;
- c) a impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;
- d) à abertura de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Também está prevista na Lei Orgânica de Rio das Ostras a forma com que se dará o Planejamento Municipal, em Título X – Capítulo I – Do planejamento municipal – Seção I – Disposições gerais e as formas de ação do governo local para aumentar o acesso aos bens e serviços municipais, conforme pode ser observado abaixo.

Art. 161 - O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.
Parágrafo Único - O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local e reservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

Nesse aspecto, o artigo supracitado discorre sobre as possibilidades de atuação do governo municipal, fazendo inclusive menção para a execução de possíveis ações associando cultura, economia e desenvolvimento local.

A Lei Orgânica de Rio das Ostras também discorre no item Título II – Da competência municipal sobre os símbolos “representativos de sua cultura histórica”, como o Brasão, a Bandeira e o Hino (Anexo 7.3), acrescentando que é da competência municipal realizar as ações de valorização da cultura abaixo citadas:

- VIII - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- IX - promover a cultura e a recreação;
- X - fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal.

As atividades artesanais são de fato incentivadas em Rio das Ostras. A criação de espaços como a Praça do Artesão, uma feira permanente de artesanato localizada no centro do município, serve de exposição para os artesãos locais apresentarem e comercializarem seus produtos. Em dois equipamentos culturais mantidos pela FROC existe confecção de produtos artesanais para uso próprio e venda – na Fundação Escola de Artes e Ofícios e na Fábrica de Bonecas e Tapetes da Praça do Trem de Rocha Leão. Os produtos são em geral vendidos em Rocha Leão e também na Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, mas não foi

disponibilizado durante a pesquisa um quantitativo que analise o impacto destas vendas no orçamento da FROC.

De acordo com Marta Porto (2006), as ações de políticas públicas locais são fundamentais para o desenvolvimento da cidadania participativa. Para ela, em especial no âmbito cultural, essas políticas orientam a “identificação de caminhos pró-ativos de desenvolvimento sócio-econômico e humano em nossos municípios”. Assim, é de suma importância a efetivação de conselhos e fóruns de cultura em Rio das Ostras. No entanto, ainda não existe nenhum instrumento de participação coletiva para a área da cultura no município.

A seguir, a tabela 4 apresenta o quanto Rio das Ostras tem que se articular para atingir o objetivo da FROC, que almeja ter uma gestão sustentável e também participativa. Ainda que a última análise feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para verificar a existência desses instrumentos participativos da área cultural tenha ocorrido em 2001, durante esta pesquisa não foram apresentados documentos que atestem a efetivação dos itens que até então ainda não haviam sido contemplados.

Tabela 4 – Instrumentos de Gestão para a Cultura em Rio das Ostras (2001)

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	EXISTÊNCIA
Ações de educação patrimonial	SIM
Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais	SIM
Democratizar a gestão cultural	NÃO
Descentralizar a produção cultural	NÃO
Difusão ampla das informações culturais	SIM
Dinamizar as atividades culturais do município	NÃO
Divulgação da produção cultural local	SIM
Divulgação do patrimônio, manutenção e revitalização de áreas históricas	SIM
Estímulo à apropriação e/ou utilização dos equipamentos culturais por grupos locais	SIM
Estímulo à criação de associações e entidades de artistas e produtores culturais locais	SIM
Estímulo à formação cultural	SIM
Financiamento da produção cultural	SIM
Formação de guias e roteiros para o turismo cultural	SIM
Garantia do acesso às atividades culturais (meia entrada, transporte, dentre outros)	SIM
Garantir a sobrevivência das tradições culturais locais	NÃO
Incentivo à formação e manutenção de grupos de cultura tradicionais	SIM
Integrar a cultura ao desenvolvimento local	SIM
Manutenção de calendário de festas tradicionais populares	SIM
Manutenção de centros culturais comunitários voltados para a produção cultural local	SIM
Manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural	SIM
Orçamento participativo na cultura	SIM
Política municipal de cultura	SIM
Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural	SIM
Promoção de atividades voltadas para públicos variados	SIM
Promoção de eventos sem periodicidade definida	SIM
Promoção de feiras e mostras de produção artística e de artesanato local	SIM
Promoção de festivais, concursos, encontros de grupos culturais	SIM
Promoção do uso comunitário dos espaços culturais	SIM
Realização de atividades culturais através de editais	SIM
Resgate das tradições culturais	SIM
Tomar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população	SIM

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

3 – A FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA (FROC)

A partir do breve contexto histórico da formação de Rio das Ostras, pode-se observar que o município tem características muito peculiares, ainda que compartilhadas pelas cidades circunvizinhas, oriundas em especial pelo mercado gerado em torno do petróleo e da expansão turística para a Região dos Lagos.

De acordo com entrevistas realizadas com funcionários da Fundação Rio das Ostras de Cultura que participaram do processo de formação desta unidade, a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras criou no ano de 1992, assim que o município de Rio das Ostras foi emancipado, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, visando organizar ações para o setor.

Ainda segundo os entrevistados, a iniciativa de criar esta secretaria surgiu como uma contrapartida à realidade econômica municipal, voltada majoritariamente para o mercado de trabalho petrolífero. Um dos principais objetivos quando da criação do órgão era organizar uma secretaria que articulasse cultura e educação e que integrasse turismo e cultura local.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio das Ostras, já extinta para a criação automática da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), deu lugar também em 10 de outubro de 1997, à Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC), com o intuito de valorizar o morador local, o artista riostrense e sua cultura. Conforme mencionado anteriormente, apenas cinco anos após a sua fundação como cidade, as secretarias de Rio das Ostras, nas figuras dos agentes governamentais do município, perceberam que as necessidades sócio-culturais do munícipe já existiam e havia uma demanda cultural incipiente em Rio das Ostras, mas ainda não haviam ações específicas para atender diferentes públicos, públicos estes que começavam a se organizar e ter seu perfil analisado.

Por ser uma fundação, ou seja, uma entidade de direito privado, a Fundação Rio das Ostras de Cultura é constituída enquanto pessoa jurídica, e visa organizar patrimônio público, por meio de um estatuto. Durante a pesquisa, porém, não houve acesso ao estatuto da FROC.

3.1 – Da atuação da FROC

De acordo com a atual gestão da fundação, a sua implantação e institucionalização enquanto autarquia – um organismo autônomo de administração pública local – se deu tendo como principal objetivo preencher uma lacuna do setor cultural, pretendendo dar vazão aos projetos que estavam sendo elaborados no município, mas não tinham sustentabilidade. Por ser uma autarquia, a administração da FROC é autônoma, mas depende de repasses da prefeitura (orçamento de 1%).

Desde a fundação da FROC, ficou claro para a administração pública municipal que havia a necessidade de se atender às particularidades de uma cidade de pequeno porte e litorânea. Assim, a primeira ação da recém-criada FROC foi a de iniciar pesquisas sobre o perfil do morador riostrense. Nessas pesquisas observou-se que esse perfil se subdividia e tinha três categorias distintas, denominada pela Fundação de “estágios”, sendo eles:

- a) “Nativo”, o morador nascido em Rio das Ostras quando o município ainda pertencia à cidade de Casimiro de Abreu (antes portanto, da emancipação da cidade);
- b) “Classe média veranista”, formada por adultos e pessoas da terceira idade que freqüentavam a cidade em especial no período de dezembro a março (até o fim da década de 1980);
- c) “Trabalhadores do setor petrolífero”, aqueles que se dirigiam à cidade de Macaé em busca de profissionalização (década de 1990 e início do século XXI).

Nos últimos anos, segundo pesquisas da FROC, foi observado um quarto estágio, que se caracteriza pela “fuga da violência”, movimento encabeçado por pessoas oriundas em geral da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e demais municípios circunvizinhos. Essa visão, porém, não condiz com as informações veiculadas na mídia, que atestam que Rio das Ostras é um dos locais mais violentos do Estado do Rio de Janeiro, e um dos cem mais violentos do Brasil, em especial para jovens de 15 a 24 anos²⁹.

²⁹ De acordo com dados da pesquisa Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (2007), Rio das Ostras é o 30º município brasileiro no *ranking* nacional de homicídios e o 32º mais violento para jovens. Disponível para consulta *online* no sítio da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), <www.oei.es/noticias_oei/mapa_da_violencia_baixa.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2009.

Assim, Rio das Ostras possui um público bastante heterogêneo, ou melhor, públicos, formados por quatro segmentos que em muito diferem entre si. Para a atual presidente da FROC, vice-presidente quando da entrevista que resultou nas informações adiante, a principal meta da FROC no que diz respeito ao público é criar nos municípios o interesse pela cultura, por meio de ações corroborando as demais metas da instituição, que são:

I) Incentivar a formação de platéia, com técnica e profissionalização (o que se traduz especialmente no Centro de Formação Artística, com mil alunos matriculados atualmente, e também em outras unidades da FROC voltadas para a conscientização do aluno, com aulas teóricas e práticas);

II) Contribuir para o registro da identidade cultural, com a elaboração do “Projeto Memória”, parte do Centro de Memória Documental. Idealizado e desenvolvido pela Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, esse projeto foi elaborado seguindo o movimento gerado por diversos livros da Coleção Rio das Ostras escritos nas últimas duas décadas que narram a história de Rio das Ostras;

III) Elaborar um “corredor cultural”, ou seja: espaços culturais interligados, próximos geograficamente e que remontem ao mesmo ideário de valorização da cultura local. Para isso, alguns imóveis do centro da cidade passaram a ser administrados pela Prefeitura devido ao seu valor histórico e transformaram-se em espaços culturais, como a própria Casa da Cultura, que é o imóvel mais antigo do município, e o prédio do Centro de Formação Artística, que foi o primeiro clube da cidade, além de repartição pública e câmara municipal e cuja importância histórica já foi destacada previamente neste trabalho.

A sede administrativa da FROC está localizada na Praça São Pedro, 109, Centro de Rio das Ostras, assim como a maioria de suas unidades – entre as Praças São Pedro e José Pereira Câmara, conforme pode ser observado a seguir na tabela 5 e nas figuras 8 a 17.

Tabela 5 – Unidades mantidas pela FROC

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO
Biblioteca Pública de Rio das Ostras	CENTRO
Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior	CENTRO
Centro de Formação Artística de Música, Dança e Teatro	CENTRO
Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira	ROCHA LEÃO
Fábrica de Bonecas e Tapetes da Praça do Trem	ROCHA LEÃO
Fundação Escola de Artes e Ofícios	COLINAS
Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba	CENTRO
Sede Administrativa	CENTRO
Teatro Popular de Rio das Ostras	CENTRO

Figuras 8 e 9 – Biblioteca Pública de Rio das Ostras (Interior)



Figura 10 – Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior (Vista lateral esquerda)



Figura 11 – Centro de Formação Artística de Música, Dança e Teatro (Fachada)



Figura 12 - Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira



Figura 13 – Tipos de produtos da Fábrica de Bonecas e Tapetes da Praça do Trem



Figura 14 – Fundação Escola de Artes e Ofícios



Figura 15 – Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba



Figura 16 – Sede Administrativa da Fundação Rio das Ostras de Cultura



Figura 17 – Teatro Popular de Rio das Ostras



Os principais símbolos históricos do município, já citados, também se encontram nesta área central. Entretanto, a idealização da FROC é descentralizar as suas ações. O planejamento da autarquia prevê a descentralização de atividades culturais, com projetos ocorrendo em diversos pontos do município. A criação de mais equipamentos culturais também está prevista no Plano Diretor municipal.

Esse registro da identidade cultural do riostrense, investindo em ações de valorização do morador, além dos cursos de formação específicos para diferentes linguagens artísticas, somado ao debate em torno das diferentes formas de se produzir cultura e ao fomento de ações relacionadas à economia da cultura mostram que Rio das Ostras estava à frente de seus municípios vizinhos, quando este trabalho começou a ser desenvolvido. Nos últimos dois anos, porém, enquanto os municípios do entorno passaram a se articular em torno de uma gestão cultural participativa, Rio das Ostras não se manifestou organizadamente. Quissamã e Armação dos Búzios estão efetivando seus Conselhos de Cultura e criando fundos para o setor. Ao lado de Casimiro de Abreu e Macaé e Cabo Frio, todos estes municípios realizaram no último quadriênio fóruns e/ou conferências de cultura. Rio das Ostras, porém, como mencionado anteriormente, não realizou as suas.

A principal forma de gestão da FROC constitui-se na manutenção do funcionamento das suas unidades e na criação de novos espaços. Ainda que haja uma concentração de equipamentos culturais no centro do município, os principais programas e projetos da FROC atingem todos os setores de bairros de Rio das Ostras. A efetivação do centro cultural de Rocha Leão também indica a descentralização das iniciativas culturais no município.

Dentre os objetivos da FROC está o de promover eventos buscando contemplar diferentes linguagens artísticas. Os meses que mais recebem eventos organizados pela FROC estão no último trimestre do ano, em especial após o aniversário da autarquia, em Outubro, quando ocorrem os festivais de dança e teatro do município.

Outro objetivo da FROC é fomentar a economia da cultura, com foco na qualificação profissional e na geração de trabalho e renda. A Fábrica de Bonecas e Tapetes da Praça do Trem em Rocha Leão é atualmente o maior Programa de Geração de Trabalho e Renda da FROC, mas não foram cedidos pela fundação dados que corroborassem essa informação.

Durante os anos de 2006 a 2009, conforme pode ser observado na tabela 6, o organograma funcional da Fundação Rio das Ostras de Cultura permaneceu inalterado.

Tabela 6 – Quadro de Funcionários da FROC (2006 e 2009)³⁰

CARGO	2006	2009
Agente administrativo	3	2
Auxiliar administrativo	3	2
Auxiliar de serviços gerais	3	2
Coordenador de Pessoal	1	1
Designer gráfico	1	1
Motorista	2	1
Presidente	1	1
Professores de Arte	4	6
Relações Públicas	1	1
Superintendente de Administração e Finanças	1	1
Superintendente de Projetos e Captação de Recursos	1	1
Técnico em Contabilidade	1	1
Telefonista	2	1
Vice-presidente	1	0
TOTAL	25	21
Prestadores de serviços	20-40	15-25

No entanto, o quantitativo de funcionários da FROC diminuiu cerca de 20% no último ano devido à reformulação do quadro de empregados por causa das eleições municipais de 2008 e também pela crise econômica mundial. A não contratação dos candidatos aprovados no V Concurso Público de Rio das Ostras realizado em julho de 2008 e que só começaram a ser convocados em novembro de 2009 também contribuiu para essa redução no quadro de funcionários da FROC, que tinha dezesseis vagas previstas no concurso, sendo seis para professores de linguagens artísticas, um para pedagogo e nove de cargos administrativos para a sua sede.

De acordo com a atual Superintendência de Finanças da Fundação Rio das Ostras de Cultura (2009-), o corte no orçamento da FROC proveniente dos *royalties* advindos da exploração do petróleo na Bacia de Campos foi da ordem de 50%, contra os até 35% previstos em 2008³¹. Com isso, o valor do orçamento da FROC, que totalizava em média 3,3 milhões de reais por mês, sendo um milhão para uso exclusivo da folha de pagamento da autarquia, diminuiu para 2,1 milhões no total. Antes deste corte, apenas os *royalties* do petróleo forneciam por mês para os projetos da FROC em média 2 milhões de reais. Atualmente a FROC está remanejando recursos para atender diferentes áreas, conforme poderá ser visto adiante.

³⁰ Quadro de funcionários referentes à sede administrativa da Fundação Rio das Ostras de Cultura. Não estão citados os funcionários das unidades culturais.

³¹ Dados retirados da notícia “Queda de *royalties* leva prefeituras do RJ a cortar despesas” do jornal Valor Econômico, veiculada na mídia em fevereiro de 2009 e disponível para consulta *online* no sítio <www.power.inf.br/pt/?p=4880>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

3.2 – Da realização de projetos e captação de recursos pela FROC

A Fundação Rio das Ostras de Cultura mantém atualmente dez projetos no município, com destaque para aqueles da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, como o Centro de Memória Documental, os projetos de artesanato, como o da Fábrica de Bonecas e Tapetes de Rocha Leão e os da Fundação Escola de Artes e Ofícios – com produção de objetos em cerâmica e de instrumentos musicais.

Os munícipes que participam dos projetos da FROC, além do contato com uma formação e do acesso à cultura, podem obter ajuda financeira da PMRO, em um projeto paralelo de inclusão social (Programa de Geração de Trabalho e Renda, já citado) que visa diminuir a evasão de alunos devido à falta de recursos financeiros pessoais.

Além desses projetos em suas unidades culturais, a FROC possui projetos itinerantes, como o Projeto Rádio Móvel, ligado ao Centro de Memória Documental, que leva todos os sábados, para até dois bairros por vez, artistas de teatro contando aos moradores a História do município, e o Projeto Baú dos Meus Sonhos, que agrega: a) visita às bibliotecas das escolas municipais, b) atividades de artes cênicas e música, e c) ações para sensibilização à arte na comunidade de Rocha Leão.

De acordo com dados fornecidos pela Superintendência de Projetos e Recursos e pela Superintendência de Finanças, os principais recursos da autarquia vêm do valor investido pela Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, como pode ser observado na tabela 7. Esses valores são calculados a partir de orçamento aprovado com base na Lei nº 1309/2008 - Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias de Rio das Ostras, disponível para consulta *online* no link www.riodasostras.rj.gov.br/download/leis/13.pdf.

Tabela 7 – Procedência de Recursos da FROC no ano de 2006

RECURSOS FINANCEIROS (ANUAL)	EXISTÊNCIA / VALOR (R\$)
Total da receita arrecadada pela PMRO	371.817.436,35
Total da despesa realizada com a Função Cultura	3.102.305,80
Advindos do município	SIM
Advindos do estado	NÃO
Advindos da união	NÃO
Advindos da iniciativa privada	SIM
Advindos do exterior	NÃO
Advindos de outras fontes	NÃO

Não foram declarados valores advindos do Estado, porém a Secretaria de Estadual de Cultura do Rio de Janeiro³² lançou em 2009 uma iniciativa de municipalização dos investimentos culturais para o 1º semestre de 2010, com repasse previsto de R\$10.000.000,00 no total para 91 dos 92 municípios do RJ - à exceção da cidade do Rio de Janeiro. Rio das Ostras deve passar a receber deste montante o valor de R\$75.000,00 a cada seis meses para projetos da área cultural.

Além dos recursos acima citados, a FROC faz captação a partir de recursos próprios (taxas de uso e visitação de espaços culturais e vendas de produtos), e dos recursos oriundos das taxas de inscrições em cursos por ela mantidos e da bilheteria do Teatro Popular de Rio das Ostras.

As informações sobre a procedência dos recursos captados e dos valores correspondentes a cada um dos itens relacionados foi conseguida a partir de entrevistas (Anexos 7.4 e 7.5) cedidas oralmente pelas superintendências previamente citadas. Ainda de acordo com os titulares das próprias, o ano de 2009, comparado aos anteriores, foi o melhor em termos de arrecadação pelo Teatro Popular de Rio das Ostras. Entretanto, durante a pesquisa não foi possível analisar documentos que atestassem essas informações. A relação dos dados coletados pode ser observada na tabela 8.

Tabela 8 – Expectativa de Recursos da FROC por mês para o ano de 2009

PROCEDÊNCIA DO RECURSO	VALOR ARRECADADO (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Recurso investido pela PMRO	R\$ 258.525,48 /mês	99,9%
Recursos próprios da FROC	R\$ 1.438,00/mês	Somados, 0,1%
Recursos dos espaços culturais	R\$417,00/mês	Somados, 0,1%
Bilheteria do Teatro Popular (10%)	R\$ 969,00/mês	Somados, 0,1%
TOTAL	R\$ 261.349,48/ mês	100%

No item *Recurso investido pela PMRO*, o *Valor Arrecadado* é aquele previsto no orçamento municipal, de aproximadamente 1% da receita total da cidade. Em *Recursos Próprios da FROC*, são contabilizadas para o *Valor Arrecadado* as taxas de uso e visitação dos espaços culturais, assim como a venda de produtos (livros, DVDs e os artesanais, produzidos nas oficinas). No item *Recursos dos espaços culturais*, o *Valor Arrecadado* compreende as taxas de inscrições nos cursos de dois espaços: a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior e o Centro de Formação Artística. Já o Teatro Popular de Rio das Ostras faz

³² Notícia da Secretaria Estadual de Cultura (RJ), disponível para consulta *online* no sítio oficial, item <www.cultura.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=930>. Acesso em: 12 de dezembro de 2009.

acordo de risco de bilheteria com a produção dos espetáculos que nele irão se apresentar. Neste acordo, 90% da bilheteria é da produção de cada peça e 10% do valor total fica para o teatro, cobrindo os custos de cessão do espaço.

O que se pode observar pelos dados do quadro acima é que o objetivo da FROC de alcançar uma auto-gestão sustentável ainda não foi atingido e não deve ser atingido em um curto período de tempo. A dependência dos recursos investidos pela PMRO é majoritária comparada aos outros recursos captados: 99,9%.

Para minimizar essa dependência e tentar buscar outras formas de captação de recursos, a gestão atual da FROC tem destacado a necessidade de enviar projetos próprios da autarquia para editais nacionais de cultura. Editais de empresas privadas, como bancos, e também de órgãos públicos, têm sido o foco da FROC, que encaminhou neste ano projeto do Festival de Teatro para a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (RJ), não tendo, porém, sido contemplada em nenhuma das suas tentativas.

A falta de especialização para a área da cultura acrescido ao quadro de pessoal limitado foi citado pelos funcionários da sede administrativa da FROC como a principal dificuldade em acompanhar editais nacionais abertos a cada ano o ano. A não realização de uma pesquisa de mercado, com análise do que tem sido produzido pelos outros municípios e do que pode ser implantado em Rio das Ostras também foi destaque nas entrevistas. A contratação de um funcionário específico para lidar com captação de recursos externos foi citada, além de ter sido comentada a necessidade de a FROC estreitar relações com o curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, mantido em Rio das Ostras. Este discurso, ainda que altamente político, partiu de funcionários que não têm autonomia para contratação ou mesmo indicação de demais pessoas para auxiliarem na gestão da FROC.

Dentro da lógica da gestão realizada pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, observa-se que os principais projetos da autarquia são voltados para se compreender a identidade cultural local. Segundo a FROC, essa identidade centra-se na cultura indígena e no processo de formação histórica da cidade a partir dos jesuítas e dos pescadores, conforme abordado previamente.

A principal meta da FROC é atingir a auto-gestão financeira, segundo a idéia de sustentabilidade a partir da produção, exibição e venda de produtos em locais de comercialização específicos, de acordo com o que já foi apresentado anteriormente.

Outra meta de destaque é a de se tornar uma fundação mista (paritária entre governo e sociedade civil). Segundo a presidência da FROC, com uma fundação deste tipo seria menos

complexo atingir objetivos de articulação e idealização, como os de possuir um espaço cultural em cada setor de bairros de Rio das Ostras, com atividades artísticas e culturais atendendo à maioria das demandas locais.

Para ações com foco na formação de público e platéia, além de sua capacitação, a FROC oferece, no Centro de Formação Artística, cursos de profissionalização em artes cênicas e música, e possui um calendário anual de eventos para a fruição artística. Esses eventos são em sua maioria gratuitos ou a preços populares. A Fundação realiza também festivais nas áreas de dança, música e teatro, além de organizar mostras de cinema e apoiar atividades de cunho cultural que venham a ocorrer no município.

Uma das principais dificuldades citadas pela FROC é a de se manter os projetos implementados. A consolidação da auto-gestão financeira também está prejudicada, em especial devido aos problemas enfrentados nas etapas de produção dificultadas pela legislação de arrecadação, sendo a mais utilizada a Lei de Licitação e Contratos Públicos (nº 8666/1993). O município ainda não possui Lei de Incentivo à Cultura, o que dificulta a captação de recursos por meio de projetos.

Outro problema da FROC a se destacar é no campo da divulgação. A fundação possui apenas um funcionário habilitado para realizar todas as atividades de comunicação de suas ações – o que leva ao problema da falta de profissionais da autarquia, em especial de concursados.

Após esse breve contexto recente da formação de Rio das Ostras e de suas ações na perspectiva de valorização da cultura, não se pode deixar de destacar o principal espaço cultural do município: a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior. Conforme dito anteriormente, parte-se nesse trabalho do pressuposto de que os aparatos culturais do município, em especial os geridos pela fundação, são fundamentais na formação da identidade cultural do município, por serem locais de destaque no imaginário coletivo, espaços que funcionam como aglutinadores e difusores de diferentes linguagens artísticas.

3.3 – A Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior

A Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior é um espaço com bastante relevância histórica para o município de Rio das Ostras. Fundada em 10 de Outubro de 1997, por ocasião da constituição da própria FROC, o terreno em que está localizada já foi uma casa de farinha e posteriormente um depósito de pescadores. Essa casa, construída no fim do século XIX

passou por diversas transformações além das já citadas. No século XX, foi consultório do médico Dr. Bento da Costa, considerado “filho ilustre” de Rio das Ostras, e quando esse morre o espaço fica sem manutenção, passando a ser administrado pela prefeitura. Um dos traços mais marcantes da Casa da Cultura é o fato dela possuir em seu terreno um sambaqui, descoberto na década de 1960. Por volta da década de 1990, na construção da estrutura para abrigar as salas da Casa da Cultura, foram descobertos artefatos de uso cotidiano e esqueletos indígenas, o que fez com que o espaço fosse tombado pelo município para a criação do Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba, fato ocorrido logo após a fundação da casa enquanto unidade cultural de Rio das Ostras, conforme detalhado no primeiro capítulo deste trabalho.

Por fazer parte do processo de formação histórica de Rio das Ostras e devido a sua localização estratégica, a Casa da Cultura local é bastante lembrada por munícipes e turistas em entrevistas, de acordo com a coordenação da Casa da Cultura. Apesar da visitação dita como ‘constante’, os livros de visita das exposições não foram disponibilizados para consulta. A Casa da Cultura também é um espaço de difusão cultural, e não apenas aglutinador. Ela possui salas para oficinas artísticas e loja para exposição e venda de materiais e peças produzidos nas aulas ministradas pela FROC.

Em visitas à Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, que em seu terreno abriga o Museu do Sítio Arqueológico do Sambaqui da Tarioba, pode-se observar que além dos espaços citados acima, o local abriga ainda um saguão, uma sala de recepção, uma sala de exposição, acervo permanente, galpão para aulas de técnicas artísticas, espaço de recreação infantil e jardins. Ainda que para efeitos de visualização haja necessidade da planta baixa do espaço, esta não foi cedida para consulta durante a pesquisa.

A gestão de ambos os espaços é feita por seus administradores, com uma estrutura flexível perante a FROC – desde que mantendo seus metas e ideais de gestão citadas no capítulo anterior anterior.

A visita guiada ao espaço é feita com base em apresentação da história do Dr. Bento da Costa Júnior e do Museu do Sambaqui, as relações com o IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira), os problemas com a cessão do espaço, os artistas que auxiliaram na estrutura arquitetônica do Museu e o perfil dos visitantes.

O Centro de Memória Documental de Rio das Ostras, mantido na Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, produz livros, cartilhas, DVDs e outros tipos de materiais sobre a cidade, que são cedidos para consulta na Biblioteca Pública de Rio das Ostras, para a

biblioteca do Centro Ferroviário de Cultura de Rocha Leão e para as bibliotecas das escolas públicas do município. No entanto, não foi analisado durante a pesquisa o conteúdo pedagógico deste material nem se há uso deles pelos professores de História e Arte Educação do município.

3.3.1 - Da organização estrutural e administrativa da Casa da Cultura

A organização administrativa da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior se dá conforme a tabela 9. Ainda que apenas estes funcionários sejam contabilizados no quadro geral da Casa, a própria coordenação afirmou que diversos estagiários participaram de projetos do local. Ela, porém, só citou três estudantes para o quadriênio destacado, sendo um de História, para auxiliar nas visitas guiadas do Museu de Sambaqui, e dois de Produção Cultural, para auxiliar em tarefas gerais de produção executiva e em pesquisas do Centro de Memória Documental. Durante o período deste trabalho, nem o quantitativo nem os cargos dos funcionários fixos não foram modificados, tendo apenas aumentado quando da realização de eventos na Casa da Cultura.

Tabela 9 – Quadro de Funcionários da Casa da Cultura (2006-2009)

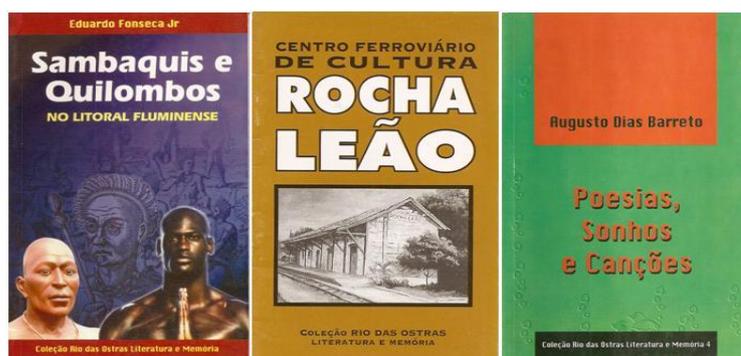
CARGO	QUANTIDADE
Agente administrativo	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de serviços gerais	2
Coordenadora	1
Guia turístico	1
Telefonista	1
TOTAL	7

De acordo com a coordenadora da Casa da Cultura, a relação com a FROC se dá majoritariamente por questões estruturais, tendo em vista que no organograma geral da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras a Casa da Cultura faz parte dos equipamentos mantidos pela Fundação. A FROC também organiza o material de divulgação das atividades da Casa da Cultura e repassa para demais setores públicos do município e para a mídia regional, com apoio da Secretaria de Comunicação (SECOM).

Em relação às finanças, todo o material comercializado na loja da Casa da Cultura, em análise na figura 18, tem sua renda redirecionada para o setor que o produziu. Se uma boneca é vendida, por exemplo, a renda é revertida para a Fábrica de Bonecas e Tapetes da Praça do

Trem, em Rocha Leão, local onde o material é produzido. Não há cobrança de taxa comissionada pela venda desses produtos, que geram em média R\$ 1.438,00 por mês para a FROC.

Figura 18 – Produtos comercializados na Casa da Cultura³³



Sobre as exposições realizadas no espaço da Casa da Cultura, tem-se que a seleção de artistas plásticos e obras é feita por meio de portfólio (pelo artista) ou de contato (via Casa da Cultura), a partir de cadastro prévio na Fundação ou de acordo com relevância midiática e perante sociedade riostrense (com indicação). Cada artista que realiza uma exposição nas dependências da Casa da Cultura deve assinar um contrato e ceder uma obra sua, de preferência da exposição em questão, para o acervo do espaço cultural. Os livros das exposições ficam a cargo da administração da Casa da Cultura, podendo o artista ter uma cópia do mesmo. Em geral, ocorre uma exposição por mês, ficando em cartaz durante todos os dias a partir do *vernissage*. Contatos de divulgação ficam por conta do artista, estando a Casa da Cultura encarregada apenas de enviar calendário de eventos com informações básicas da exposição para a Fundação Rio das Ostras de Cultura divulgar.

A visitação das exposições pode ser feita por qualquer interessado, todos os dias úteis da semana, das 10h às 18h, e aos finais de semana no período da tarde. A entrada é gratuita e ao visitante é requisitado assinar o livro de presença para controle de visitação. Em geral, de 200 a 500 pessoas assinam o livro de presença por exposição, mas não há análise aprofundada deste material.

³³Foto de parte do material comercializado na loja da Casa da Cultura. Os principais produtos são livros, CDs, DVDs, bonecas de pano, artefatos de decoração e objetos de uso pessoal. O material editorial também é distribuído nas escolas públicas municipais.

Segundo entrevista com a equipe administrativa da Casa da Cultura, o espaço para exposições está reservado até abril de 2010, mas não foram cedidos os nomes dos artistas previstos a se apresentarem.

Além de exposições, a Casa da Cultura oferece em seu espaço anexo, tal qual um ateliê, local para realização de oficinas, cada uma com duração média de dois meses. Em geral, as aulas têm uma hora de duração e ocorrem de duas a três vezes por semana. O espaço comporta até quinze pessoas por turma, tendo em média cinquenta inscritos por tema. Interessados em participar das oficinas, que são todas ligadas às áreas de artes plásticas (pintura e desenho) e artesanato (criação de objetos com uso de cerâmica, linhas e outros) devem efetuar cadastro prévio no setor administrativo da Casa da Cultura e posteriormente confirmar vaga. A compra e utilização do material necessário para as oficinas são de responsabilidade dos alunos. É de praxe a realização de exposição dos produtos criados nas oficinas ao final da mesma, ficando a critério do professor e da turma se haverá de fato o evento – no qual os alunos podem vender seus materiais, sem taxa comissionada para a Casa da Cultura. Ainda que não haja exposição, os alunos devem mostrar ao menos cinco trabalhos para receber a certificação de conclusão da oficina. Não há necessidade nem do professor nem dos alunos deixarem produtos criados nas oficinas para o acervo da Casa da Cultura, ainda que a maioria dos professores doe algum trabalho seu.

De acordo com a coordenação da Casa da Cultura, os temas e alguns dos instrutores das oficinas foram modificados no último ano para aumentar a rotatividade do espaço cultural, visando ampliar o perfil do público que usufruía das oficinas, tradicionalmente formado por mulheres acima de quarenta anos. Com a inclusão de oficinas como a de Mangá, com quase cem alunos inscritos, diversas crianças e adolescentes entre sete e quinze anos passaram a visitar a Casa da Cultura e a procurar informações das demais oficinas. Não foram cedidos gráficos, tabelas nem dados mais aprofundados sobre o perfil de público dos cursos.

As oficinas se subdividem em duas categorias, conforme apresentado na tabela 10. Os cursos disponíveis no segundo semestre de 2009 na Casa da Cultura foram Mangá e Quadrinhos, na categoria Livre, e Découpage e Arte em Linha, na categoria Gratuito. A principal diferença entre os dois tipos de curso é que na categoria Livre, à exceção da cessão do espaço físico para realização das atividades, todo o curso é de responsabilidade do professor. O conteúdo programático é elaborado por ele e fica ao seu encargo efetuar a cobrança da mensalidade do curso, que também não tem taxa comissionada para a Casa da Cultura.

Tabela 10 – Descrição de cursos oferecidos na Casa da Cultura

CATEGORIA	PREÇO	PROFESSOR	RELAÇÃO
LIVRE	Até R\$30,00/mês	2	Sem vínculo
GRATUITO	Grátis	2	FROC

Durante a coleta de dados não foi permitido o acesso ao calendário de cursos para o ano de 2010³⁴. Segundo a coordenação da Casa, apenas na segunda quinzena de dezembro haverá o fechamento de datas e os acordos com professores para os novos cursos a serem ministrados no primeiro semestre de 2010.

Deste calendário de eventos previsto para o próximo ano, foram apresentados os projetos permanentes e os sazonais da Casa da Cultura. Os permanentes são aqueles elaborados pela Fundação Rio das Ostras de Cultura e/ou já existentes em gestões anteriores da Casa. Além da continuidade do Centro de Memória Documental e da comemoração do aniversário da FROC, com ações integradas entre os equipamentos culturais por ela mantidos, existe a previsão de ao menos uma exposição por mês, assim como o lançamento de um livro no mesmo período. Os interessados em apresentar seu material ao público podem utilizar o espaço da Casa da Cultura, seguindo o mesmo procedimento adotado para as exposições de artes plásticas – mediante contato prévio e reserva de datas, conforme já citado. De acordo com a coordenação da Casa, cada lançamento atrai uma média de cem pessoas, e o evento é noticiado na mídia regional.

Os projetos sazonais são aqueles elaborados pela coordenação da Casa da Cultura, variando de acordo com quem está responsável pela Casa. A atual coordenação (2009-) elaborou os eventos abaixo listados, já realizados e incluídos no calendário da Casa da Cultura para os próximos anos.

* Exposição de Fantasias de Carnaval (FEVEREIRO): Apresentação em Rio das Ostras de fantasias de Escolas de Samba do Rio de Janeiro. 2009 foi o primeiro ano em que este material foi exposto no município;

* Desfile de Moda Outono/Inverno (ABRIL): Parceria com boutiques de Rio das Ostras que utilizaram como modelos alunas do curso de *ballet* do Centro de Formação Artística. Em área improvisada no terreno lateral da Casa da Cultura, foi montada uma passarela para apresentar a moda comercial da cidade;

³⁴ Após o fechamento deste trabalho foi divulgada a lista de cursos da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior para o primeiro bimestre de 2010, conforme pode ser observado na notícia “Fundação de Cultura abre cursos de férias”. Disponível para consulta *online* em < www.riodasostras.rj.gov.br/not539.html>. Acesso em 05 de janeiro de 2010.

* Desfile de Moda Primavera/Verão (OUTUBRO): Similar ao supracitado, com coleção voltada para as estações relacionadas.

Em relação ao Sambaqui, ainda que o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba esteja localizado no quintal da Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, a sua coordenação é separada. A parte administrativa é dividida com os funcionários agentes da Casa, mas a sua gestão é autônoma. Seu funcionamento é de Terça à Sexta (10h às 18h), aos Sábados (14h às 18h) e aos Domingos (10h às 18h). Às segundas-feiras o espaço fica fechado para manutenção e folga do único funcionário de fato, o guia turístico, responsável pelas visitas ao Sambaqui.

Para obter informações sobre o museu, o interessado deve ligar para a Casa da Cultura, onde os funcionários são instruídos a fornecer os dados necessários para a visitação, marcando horários, informando a proibição de filmar ou fotografar no espaço e citando os preços. Em geral os principais visitantes durante a semana são alunos oriundos da rede pública em visita previamente agendada, e aos finais de semana, turistas.

A taxa de visitação cobrada como ingresso ao Sambaqui é de R\$2,00 (dois reais) por pessoa, estando isentos de pagamento as crianças até 10 anos, professores, guias de turismo e alunos da rede pública de ensino, estes últimos desde que uniformizados. Têm direito à meia entrada os estudantes com mais de 10 anos de idade, assim como as pessoas com mais de 60 anos de idade, desde que devidamente documentados.

Assim como nas exposições da Casa da Cultura, há livro de presença para o Sambaqui, mas também não foi apresentado um procedimento detalhado de análise destas visitas, tampouco foi informado o uso atribuído ao dinheiro cobrado para entrada.

O processo de musealização do Sambaqui foi acompanhado pelo IAB, e o tombamento estadual do sítio arqueológico é projeto de lei³⁵. A relevância turística do museu também é destacada no sítio da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras e em buscas virtuais. No entanto, a carência por pessoal capacitado para atuar na gestão do Sambaqui, somada ao pequeno número de funcionários da Casa da Cultura e sua dupla função entre as unidades prejudica o andamento das atividades, conforme percebido nas visitas aos dois espaços culturais.

³⁵ Projeto de Lei nº 1527/2008: “Determina o tombamento, por interesse histórico, artístico e cultural, como patrimônio arquitetônico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, o Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba, no município de Rio das Ostras”. Autoria: Alcebiades Sabino, quando do Partido Social Cristão. Disponível para consulta *online* no sítio da Alerj, item <<http://migre.me/e8cD>>. Acesso em: 17 de novembro de 2009.

4 – PERFIL PRELIMINAR DO PÚBLICO CONSUMIDOR DA CULTURA EM RIO DAS OSTRAS

O pensador argentino radicado no México Nestor Canclini analisa em sua obra *Consumidores e Cidadãos* (2008) a formação de um novo público que consome cultura, em especial neste país da América do Norte. De acordo com Canclini, a ação cultural das secretarias de cultura e demais órgãos responsáveis pelo setor nas ditas metrópoles não tem acompanhado a globalização das comunidades nos municípios em que elas se inserem.

Ainda que o município de Rio das Ostras seja uma cidade de porte médio e não se encaixe nessa categoria de metrópole analisada por Canclini, que se refere a cidades com mais de 500 mil habitantes, dentre outras peculiaridades, dados sobre o consumo cultural do brasileiro mostram que o perfil de público que está sendo formado no Brasil demanda mais do que está sendo oferecido no campo da cultura, independentemente de ser um grande centro urbano ou uma pequena cidade interiorana³⁶.

As ações de formação de público e platéia pela Fundação Rio das Ostras de Cultura consistem na realização dos já citados cursos livres e de extensão na Casa da Cultura, dos cursos de qualificação no Centro de Formação Artística e na Fundação de Artes e Ofícios, e da oferta de eventos culturais em sua maioria gratuitos ou a preços ditos populares – até R\$15,00, e respeitando a lei de meia entrada (Leis Estaduais nº 2.519/1996, nº 4.153/2003 e nº 4.816/2006).

³⁶ De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível para consulta *online* no sítio oficial <www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2470>. Acesso em: 28 de outubro de 2009.

A criação pelo Governo Federal de instrumentos como o Vale-Cultura³⁷, primeira política pública do setor voltada para o consumo, faz parte de uma tentativa de suprir a demanda por produtos e eventos culturais no âmbito nacional.

“(Vale-Cultura)... é uma política de inclusão social que visa estimular a visitação a estabelecimentos de serviços culturais e artísticos. O vale será similar ao já conhecido tíquete-alimentação. Trata-se de um cartão magnético, com saldo de até R\$ 50,00 por mês, por trabalhador, a ser utilizado no consumo de bens culturais. As empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real poderão aderir ao Vale-Cultura e posteriormente deduzir até 1% do imposto devido. O valor do vale leva em consideração o orçamento familiar do trabalhador e possibilitará o consumo de bens culturais sem onerar o beneficiado. (...) Estima-se que, cerca de 12 milhões de brasileiros poderão ser beneficiados pelo Vale-Cultura. (...) Estimativas do Ministério da Cultura mostram que o Vale-Cultura pode aumentar em até R\$ 600 milhões/mês ou R\$ 7,2 bilhões/ano o consumo cultural no país”.³⁸

Em Rio das Ostras, para além dos espaços culturais mantidos pela FROC e dos projetos por esta oferecidos, existem espaços privados de cultura, em especial com foco em lazer e entretenimento.

Ainda que durante esta pesquisa não tenha sido feito um estudo específico do perfil de público que usufrui desses espaços privados de cultura, pode-se inferir que este não é o mesmo público que usufrui dos espaços e iniciativas culturais oferecidos pela FROC devido ao preço cobrado de ingresso. Em média, o preço destes ingressos é de R\$30,00, sem respeito à lei de meia entrada. De acordo com as pesquisas de público da fundação, as quais não foi possível o acesso durante a elaboração deste trabalho, o público da FROC é formado por pessoas de baixa renda, que não teriam condições financeiras de participar de atividades pagas. Conforme previamente destacado, todos os eventos da FROC são gratuitos, à exceção dos cursos oferecidos e de parte das peças apresentadas no Teatro Popular.

³⁷ Projeto de Lei nº 5798/2009. “Institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências.” Disponível para consulta *online* na íntegra no *blog* do Ministério da Cultura, pelo item <<http://blogs.cultura.gov.br/valecultura/files/2009/07/PL-5798-Vale-Cultura.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

³⁸ Também disponível para consulta *online* no *blog* do Ministério da Cultura, pelo item <<http://blogs.cultura.gov.br/valecultura/2009/08/12/o-que-o-vale-cultura>>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

Dentre as principais linguagens artísticas contempladas com as iniciativas da FROC estão a música e as artes cênicas. Cursos de dança, música e teatro são oferecidos no Centro de Formação Artística, e o município possui um calendário anual fixo de peças no Teatro Popular de Rio das Ostras, onde podem ser realizadas apresentações de outros segmentos. Os projetos itinerantes previamente citados também contemplam as artes cênicas.

As três linguagens artísticas de dança, música e teatro possuem festival próprio, respectivamente na X, na III e na V edição. Cabe ressaltar que o maior festival de música de Rio das Ostras, o Rio das Ostras Jazz & Blues Festival, em sua VII edição, é realizado pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio em parceria com a empresa Azul Produções, não tendo nenhuma ação articulada com a Fundação de Cultura. Este festival foi oficialmente incluído no Calendário Turístico do Estado do Rio de Janeiro³⁹, assim com o Festival de Dança, este último considerado um dos três melhores do Brasil⁴⁰.

Apesar de direcionar suas atividades para estas três áreas artísticas justificando que estas são as mais demandadas pelo público de Rio das Ostras, não foi apresentado durante a presente pesquisa nenhum instrumento que corroborasse tal afirmação.

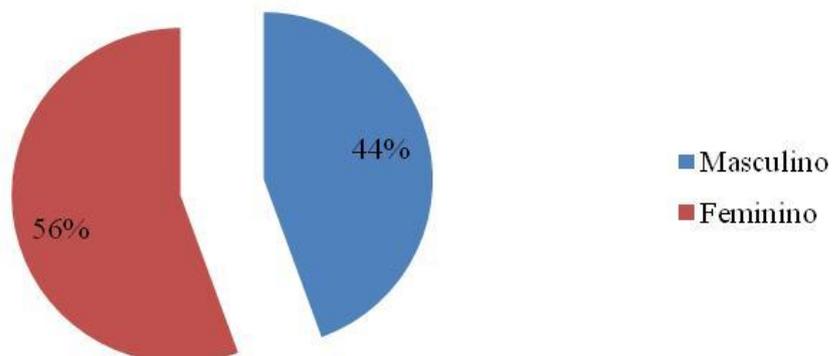
Paralelamente aos processos de análise de público realizados pela FROC, foi iniciada em 2005 uma pesquisa para a disciplina de Tópicos Especiais em Produção Cultural, orientada pelo professor Dr. Luiz Augusto Rodrigues, da Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras, com o intuito de delinear o perfil sócio-cultural de pessoas no município. A pesquisa foi realizada na Praça do Centro, durante a época de realização do evento de Jazz & Blues daquele ano (feriado de *Corpus Christi*), em horário comercial. Os entrevistados, escolhidos aleatoriamente, formaram um universo de 387 pessoas e responderam a um questionário com nove perguntas, mais um item para indicação do gênero do entrevistado e também um item de propostas para o setor cultural, sendo que neste último a resposta era opcional (Anexo 7.6). Os dados desta pesquisa foram tabulados e geraram as informações apresentadas adiante, nos gráficos 3 a 12.

³⁹ De acordo com a Lei Estadual nº 5.554/2009. O projeto de lei pode ser consultado na íntegra no sítio da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, em <www.alerj.gov.br>. Acesso em: 12 de dezembro de 2009.

⁴⁰ De acordo com a Lei Estadual nº 5.582/2009. Matéria disponível para consulta *online* no sítio da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, em <www.riodasostras.rj.gov.br/not510.html>. Acesso em: 12 de dezembro de 2009. O projeto de lei também pode ser consultado no sítio da ALERJ.

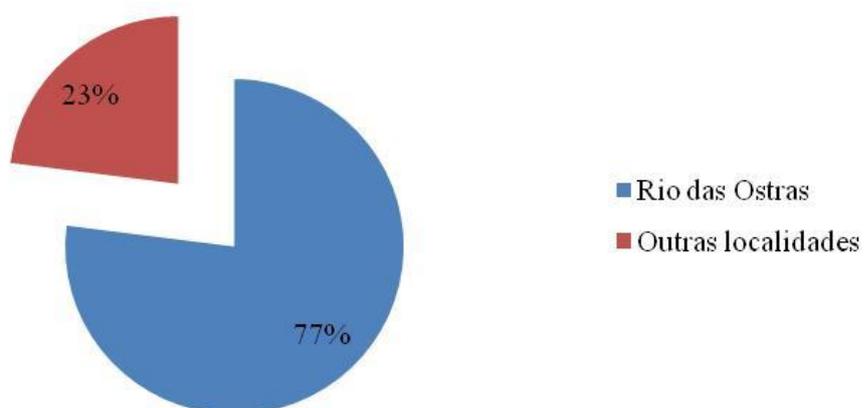
Pesquisa Sócio-Cultural 2005

Gráfico 3 – Quanto ao gênero dos entrevistados



Durante as entrevistas, observou-se que a relação entre homens x mulheres, com uma participação feminina ligeiramente maior, ocorreu principalmente pelo fato de as mulheres terem sido mais receptivas a responder ao questionário. No entanto, essa constatação não inibiu a abordagem dos homens por parte dos entrevistadores.

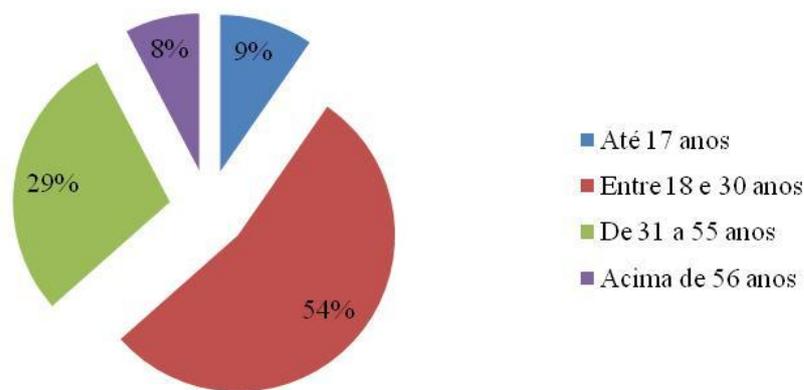
Gráfico 4 – Quanto à procedência dos entrevistados



Ainda que a Pesquisa Sócio-Cultural 2005 tenha sido realizada durante um feriado, época que a taxa de visitação ao município de Rio das Ostras aumenta e conseqüentemente quando o setor hoteleiro atinge sua capacidade máxima, mais de $\frac{3}{4}$ dos entrevistados era composta por moradores locais. Destes, 29% eram moradores do centro de Rio das Ostras, 16% de Costazul, 11% moradores de Jardim Mariléia, 9% de Enseada, 8% de Âncora, 7% de Liberdade, 5% de Nova Cidade, 3% de Nova Esperança e 2% de Palmital. Os 10% restantes foram de moradores que não informaram o bairro de origem.

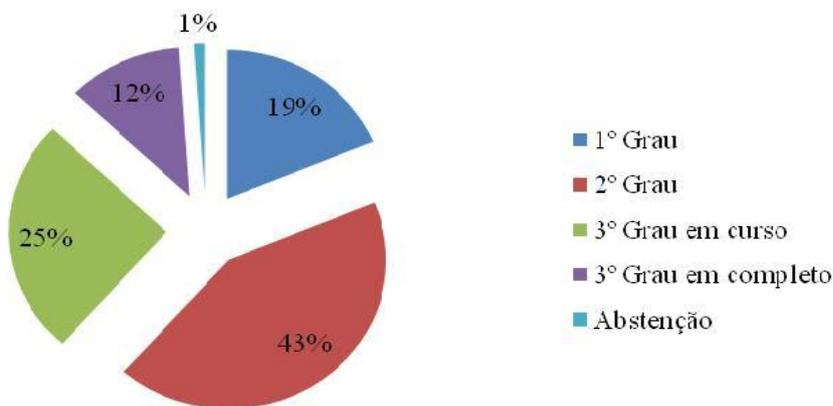
Em relação aos moradores de outras localidades, que totalizaram quase ¼ dos entrevistados, 16% eram da Região dos Lagos / Costa do Sol e 7% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Não fazia parte do questionário nenhuma outra pergunta que procurasse saber o motivo pelo qual o entrevistado estava em Rio das Ostras, mas pode-se inferir que os moradores de região estavam no município a trabalho ou a passeio, e os de áreas mais distantes, a turismo – e em especial atraídos para o referido festival jazzístico.

Gráfico 5 – Quanto à faixa etária dos entrevistados



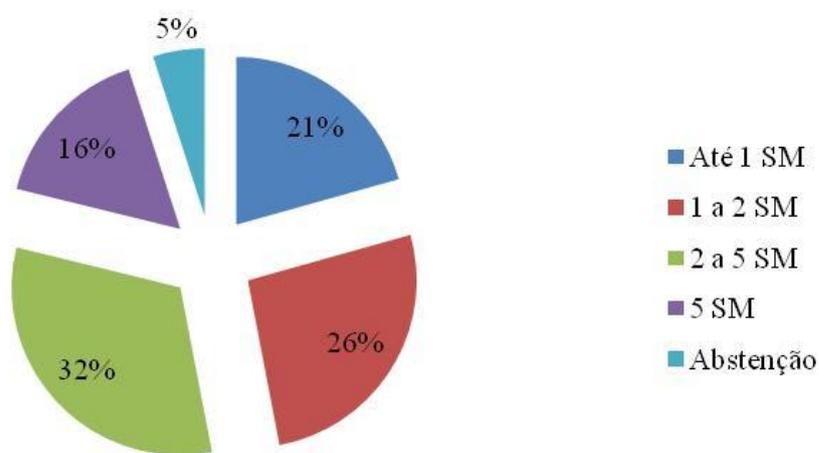
No item acerca da faixa etária dos entrevistados, destaca-se a presença de mais da metade ser de jovens adultos entre 18 e 30 anos. Essa faixa compreende a maior parte do público consumidor de cultura no município, de acordo com a FROC. Cabe ressaltar que os critérios adotados pela comissão que confeccionou o questionário não condizem com aqueles adotados pelo IBGE. Para o instituto, e.g., a última faixa etária é a dos idosos, ou seja, pessoas com mais de 60 anos.

Gráfico 6 – Quanto ao nível de ensino



Neste item, observa-se que a soma daqueles entrevistados que possuíam 3º Grau ou Ensino Superior, em curso ou concluído, é ligeiramente maior do que a dos entrevistados com 2º Grau ou Ensino Médio completo. Essas informações corroboram as do gráfico anterior, de maioria dos entrevistados de 18 a 30 anos, faixa etária que no Brasil corresponde pela maior parte dos portadores de diploma no nível de graduação. De acordo com dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2009)⁴¹, 13,9% dos brasileiros estão nas universidades.

Gráfico 7 – Quanto ao poder econômico

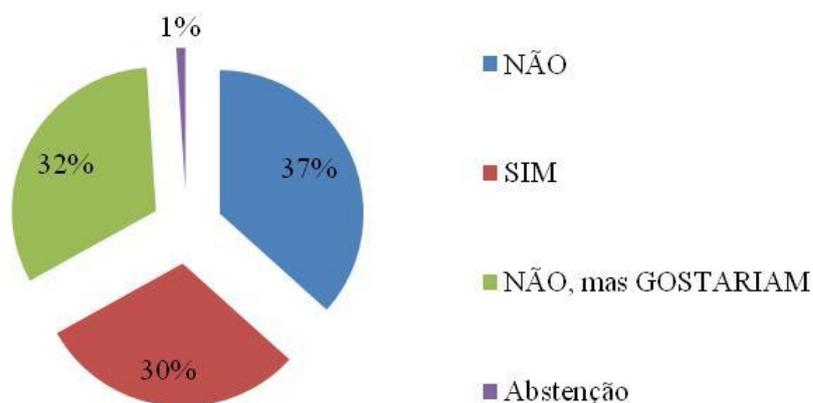


No item sobre nível de renda destaca-se um dos maiores índices de abstenção da pesquisa (5%). Quando da realização destas entrevistas, em 2005, o salário mínimo brasileiro era de R\$300,00 ante R\$465,00 em 2009, com um aumento comparado de 55%⁴². Dos entrevistados, 47% responderam receber até dois salários mínimos, e esse baixo poder aquisitivo legitima a necessidade de programas e projetos governamentais como o já citado Vale-Cultura. No entanto, observou-se durante a coleta de dados que os entrevistados ficavam constrangidos ao responder tal questão, mesmo com os entrevistadores estando devidamente documentados e certificando sempre que necessário a idoneidade da pesquisa.

⁴¹ Disponível para consulta *online* no sítio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) <www.pagina9.ufu.br/default.asp?link=noticia&id=43777>. Acesso em: 11 de dezembro de 2009.

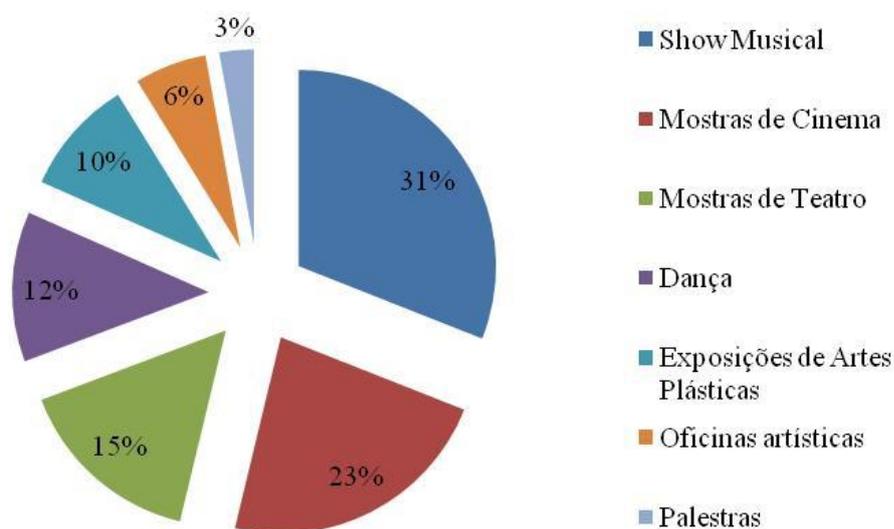
⁴² De acordo com dados do Guia Trabalhista. Disponível para consulta *online* no site oficial <www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2009.

Gráfico 8 – Do desenvolvimento de atividade artística



O não-desenvolvimento de atividades artísticas foi indicado por 37% dos entrevistados. Dentre os que realizavam ou gostariam de realizar atividades artísticas, destacaram-se as seguintes linguagens: Música (32%), Pintura (23%), Teatro (19%), Dança (17%) e Literatura (6%). Atividades artesanais (2%) e Audiovisual (1%) foram as outras áreas citadas.

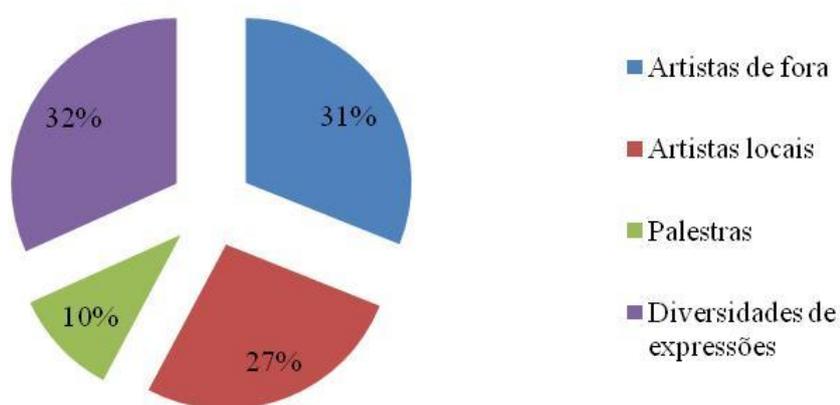
Gráfico 9 – Dos principais interesses culturais



Sobre os interesses culturais, o entrevistado podia informar prioridades. Assim, a opção “Show musical” aparece em 1º lugar; a opção “Mostras de cinema” aparece em 2º lugar; a opção “Mostras de teatro” aparece em 3º lugar; Espetáculos de dança, exposições de artes plásticas e oficinas artísticas ficam respectivamente em 4º, 5º e 6º lugares. A opção “Palestras”, em 7º lugar, teve 32% de indicação para o tema Cultura, 27% para Artes, 18%

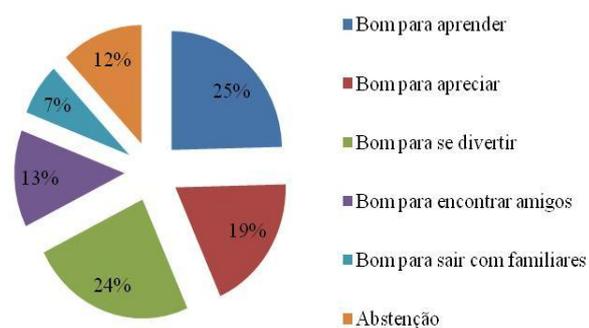
para Política, 13% Gastronomia, 8% Circo e 2% para temas gerais. Em relação a essas demais opções citadas, apenas a área da gastronomia é contemplada em Rio das Ostras, com a realização anual do Festival de Frutos do Mar de Rio das Ostras, que em 2009 teve a sua XIII edição. Cabe destacar que este festival também faz parte do quadro de eventos da Secretaria de Indústria, Turismo e Comércio, e tanto sua organização quanto seu desenvolvimento não possuem nenhuma ação articulada com a Fundação Rio das Ostras de Cultura.

Gráfico 10 – Do que se espera encontrar em eventos culturais



A opção por artistas de fora como sendo o principal foco de eventos culturais é algo que margeia a atuação da PMRO. Artistas já consagrados, ditos celebridades, atraem um público de massa bem maior que os artistas locais, e conseqüentemente são mais visados. Mesmo assim – ou justamente por causa disto – a valorização do artista local faz-se necessária em especial se tratando da existência de um curso de formação de músicos, atores e dançarinos no município.

Gráfico 11 – Atividade artística é algo...



Na pergunta acima, o entrevistado não tinha opção em considerar atividade artística algo ruim. Com isso, houve um alto grau de abstenção (12%) pois muitos dos entrevistados não compreenderam e/ou preferiram discordar da afirmativa, conforme foi explicado aos entrevistadores.

Gráfico 12 – Das dificuldades em relação à Arte



Dentre as principais dificuldades em relação à Arte informadas pelos entrevistados, destacam-se a falta de oportunidade (35%) e a falta de espaços no município (22%). No entanto, a FROC mantém oito espaços culturais em Rio das Ostras, sendo cinco no centro, dois em distrito da zona rural e um no bairro de Colinas, além da sede administrativa. Pode-se inferir que esse desconhecimento dos espaços culturais mantidos no município esteja ligado à terceira dificuldade mais destacada: a falta de interesse pessoal (18%).

O último item do questionário era uma elaboração de proposta do entrevistado para o setor cultural. Não havia obrigatoriedade do entrevistado em responder a essa pergunta, e 67% se abstiveram de tecer algum comentário. Dos 33% restantes, que correspondiam à 129 pessoas do total geral, observou-se que 22% disseram sobre a necessidade de o município ter salas de cinema e 35% destes questionaram o fato de a Sala Popular de Cinema estar desativada. 19% falaram sobre a necessidade de investimentos no setor de divulgação, sendo que 74% destes citaram que a difusão de ações culturais é feita de forma inadequada não apenas no município, mas também na região circunvizinha. 17,5% cobraram ações do poder público municipal para a cultura, sendo que destes, 63% citaram a necessidade de se investir em mais eventos a preços populares e gratuitos, afirmando que ações desse tipo da esfera governamental iriam aperfeiçoar o tratamento da cultura no município, aumentando seu destaque regional; 14% dos entrevistados citaram que as artes cênicas merecem mais incentivo em Rio das Ostras, com criação de mais espaços de apresentação; 18% dos

entrevistados fizeram considerações gerais sobre as linguagens da dança, exposições de artes plásticas e espetáculos musicais; 9,5% dos entrevistados apontaram como principal problema que necessita ser sanado a descontinuidade em ações da PMRO para a área da cultura.

De acordo com os entrevistados, ações de relevância para o cenário cultural que ocorreram no município não tiveram continuidade, sendo interrompidas em geral na primeira edição da iniciativa. Como exemplos, foram citados os casos do Salão de Artes Plásticas (2006), dos cursos de produção de vídeo em parceria com a produtora Fora do Eixo (2005-2007), da Escola de Música Villa-Lobos (atualmente sediada em Armação dos Búzios-RJ). Essas são apenas algumas iniciativas que tiveram poucos anos de existência em Rio das Ostras. Devido ao pequeno tempo de realização das mesmas, o impacto destes projetos não foi profundamente medido, analisado e tampouco transformado uma ação cultural, mas pode-se inferir a partir dos dados da Pesquisa Sócio-Cultural 2005 que há carência do público por ações do tipo.

Ainda que o universo desta pesquisa tenha sido formado por um número que representava apenas 8%o (8 por mil) da população de Rio das Ostras à época da aplicação dos questionários, em 2005, a partir dos resultados obtidos pode-se observar que existem informações incongruentes entre as temáticas artísticas mais investidas pela FROC e as mais demandadas pelo público nesta ocasião. A linguagem audiovisual, com a falta de cinemas na cidade, foi um dos aspectos com mais críticas e propostas pelos entrevistados. Rio das Ostras ainda não possuía então o Cine Ritz, cinema comercial localizado no Shopping Holiday, no centro do município, que iniciou seu funcionamento apenas em 2007, mas já possuía sua Sala Popular de Cinema, mantida pela FROC. Esta sala, com capacidade para até 25 pessoas, encontra-se atualmente desativada e sem previsão para o retorno das atividades. Alguns projetos externos já foram apresentados para a gestão da FROC com o intuito de reativá-la, mas não foi divulgado durante a pesquisa se algum deles havia sido contemplado.

Além da Pesquisa Sócio-Cultural 2005, outro mecanismo de medição das demandas dos públicos utilizado como base neste trabalho foi o relatório das reuniões do Orçamento Participativo (OP) de Rio das Ostras. O resultado das reuniões setoriais, referente ao ano de 2008, podem ser observados a seguir, de acordo com a tabela 11.

Tabela 11 - Orçamento Participativo - Resultado de Reuniões Setoriais de 2008

Setor A	Setor B	Setor C	Setor D
1º Saneamento Básico	1º Saneamento Ambiental	1º Circulação e Transporte	1º Assistência Social
2º Saneamento Ambiental	2º Pavimentação	2º Saneamento Básico	2º Saneamento Básico
3º Iluminação Pública	3º Saúde	3º Esporte e Lazer	3º Educação
4º Circulação e Transporte	4º Cultura/Divulgação/Comunicação	4º Iluminação Pública	4º Circulação e Transporte
5º Pavimentação	5º Educação	5º Saúde	5º Qualificação e Capacitação Profissional
Setor E	Setor F	Setor G	Setor H
1º Educação	1º Pavimentação	1º Saneamento Básico	1º Iluminação Pública
2º Saúde	2º Saneamento Básico	2º Pavimentação	2º Saneamento Básico
3º Saneamento Básico	3º Saneamento Ambiental	3º Iluminação Pública	3º Cultura/Divulgação/Comunicação
4º Qualificação e Capacitação Profissional	4º Iluminação Pública	4º Saneamento Ambiental	4º Habitação
5º Assistência Social	5º Educação	5º Circulação e Transporte	5º Saneamento Ambiental
Setor I	Setor J	Setor L	Setor M
1º Educação	1º Saneamento Básico	1º Saneamento Básico	1º Outros
2º Saneamento Básico	2º Pavimentação	2º Pavimentação	2º Saúde
3º Circulação e Transporte	3º Educação	3º Educação	3º Esporte e Lazer
4º Saúde	4º Saúde	4º Saúde	4º Educação
5º Assistência Social	5º Iluminação Pública	5º Iluminação Pública	5º Circulação e Transporte
Setor N	Setor O	Setor P	
1º Saneamento Básico	1º Saneamento Básico	1º Iluminação Pública	
2º Iluminação Pública	2º Pavimentação	2º Saneamento Ambiental	
3º Saneamento Ambiental	3º Saneamento Ambiental	3º Outros	
4º Circulação e Transporte	4º Iluminação Pública	4º Pavimentação	
5º Esporte e Lazer	5º Outros	5º Áreas de Lazer	

O documento gerado com base nos encontros do ano de 2008 apresenta um cenário ruim para a Cultura: apenas dois dos quinze setores em que se divide o município citaram a cultura como área prioritária para ações do poder público municipal, e em nenhuma das duas indicações ela foi a principal demanda, aparecendo apenas em 3º lugar para o Setor H e em 4º lugar para o Setor B. Observa-se que os bairros que formam os setores que demandaram investimentos para a cultura são alguns dos menos favorecidos no município, de acordo com dados da Secretaria de Planejamento (SECPLAN). Os recursos mais demandados foram para o item Saneamento Básico, o que demonstra que mesmo com todos os investimentos financeiros já citados para o setor, Rio das Ostras ainda têm que alocar mais recursos para atender a toda sua população⁴³.

Apesar de a FROC realizar ações itinerantes nos bairros de Rio das Ostras, existe a demanda dos públicos por espaços de convívio coletivo nestas localidades. Moradores de bairros como Âncora (Setor H), por exemplo, não possuem ao menos uma praça pública

⁴³ De acordo com dados da Alerj, durante o primeiro semestre de 2009 o item mais reclamado junto à sua Comissão de Saneamento Ambiental foi a falta de água em Rio das Ostras, gerada por problemas de saneamento básico, prejudicando o fornecimento de luz elétrica no município e causando impactos no meio ambiente. Disponível para consulta online no sítio da Alerj, via item <www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp?CodigoURL=30956&Fonte=Dados>. Acesso em: 08 de dezembro de 2009.

urbanizada para se apropriarem, contando apenas com ações da sociedade civil para dar vazão ao seu potencial criativo, com projetos de associações de bairros.

Figura 19 - Divisão setorial de Rio das Ostras⁴⁴



Legenda:

Setor A - Bosque, Extensão do Bosque, Sobradinho, Cerveja, Nova Aliança, Recanto, Cantinho do Mar, Fazenda Palmeiras
Setor B - Operário, Peroba, Casa Grande, São Cristóvão, Remanso, Extensão Novo Rio das Ostras, Residencial Camping do Bosque
Setor C - Centro, Novo Rio das Ostras, Boca da Barra
Setor D - Nova Esperança
Setor E1 - Village Sol e Mar, Nova Cidade, Gelson Apicelo
Setor E2 - Parque Zabulão, Liberdade, Parque São Jorge
Setor F - Jardim Maniléa, Chácara Maniléa, Porto Seguro, Loteamento Atlântica
Setor G - Costazul, Colinas, Bosque Beira Rio, Praia da Joana, Praia Virgem, Praia Areias Negras
Setor H - Village Rio das Ostras, Residencial Praia Ancora, Residencial Novo Horizonte
Setor I - Rocha Leão
Setor J - Cantagalo, Califórnia
Setor L - Mar do Norte, Balneário das Garças
Setor M - Praia do Abricó, Jardim Miramar, Cidade Praiana, Cidade Beira Mar
Setor N - Recreio, Ouro Verde, Jardim Bela Vista, Lagoa de Iriry
Setor O - Terra Firme, Res. Verdes Mares, Reduto da Paz, Enseada das Gaivotas, Floresta das Gaivotas, Praia Mar, Bosque da Areia, Praia da Enseada, Mar y Lago
Setor P - Senramar, Extensão Senramar, Jardim Campomar, Riviera, Jardim Patricia, Vila Verde, Palmital

No Orçamento Participativo Jovem 2008, tem-se, ao contrário do apresentado no Orçamento Participativo, a cultura como uma área de destaque, e permeando diversas outras iniciativas no Caderno de Sugestões elaborado. As ações integradas entre patrimônio e literatura, e.g., foram apontadas nas propostas elaboradas, com destaque para projetos a serem realizados no Centro Ferroviário de Cultura de Rocha Leão.

De acordo com o que já foi exposto, os Orçamentos Participativos são realizados no âmbito da SECPLAN. Durante as entrevistas realizadas na FROC e na Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior não houve indicação do uso do relatório do OP pelos coordenadores destes espaços na elaboração de políticas, o que pode gerar desencontros entre as políticas

⁴⁴ Mapa de Divisão Setorial de Rio das Ostras elaborado pela Secretaria de Planejamento. Disponível para consulta *online* no sítio <www.riodasostrs.rj.gov.br/planejamento>. Acesso em: 30 de novembro de 2009.

públicas adotadas por diferentes órgãos. Soma-se a isso o fato de o Conselho Municipal de Cultura não estar efetivado, o que prejudica o diálogo entre sociedade civil e governo municipal, conforme previamente destacado, e observa-se em Rio das Ostras a necessidade de investir na maioria dos mecanismos de gestão cultural listados pela CNM.

A efetivação desses instrumentos pode facilitar a consolidação da gestão pública participativa visada pela FROC para o município de Rio das Ostras e também pode proporcionar às organizações locais da sociedade civil uma forma mais acurada de controle social do seu meio, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da cidade com a viabilização das propostas previstas nas reuniões setoriais do Orçamento Participativo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o material aqui exposto, pôde-se observar e analisar questões relacionadas ao desenvolvimento histórico, político-administrativo e sócio-econômico de Rio das Ostras (RJ). Ainda que o enfoque tenha sido a atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC), com destaque para a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior, foi fundamental abordar tópicos concernentes a atuação da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (PMRO) de forma generalizada, assim como o posicionamento estratégico do município na região da Bacia de Campos, além dos impactos gerados por esta localização geográfica.

A adoção desta abordagem possibilitou realizar um exercício comparativo entre Rio das Ostras e demais municípios do entorno, comprovando feitos da gestão municipal nos setores de serviços públicos básicos como educação, saneamento e saúde. No entanto, os investimentos em cultura no município, em especial no fortalecimento de ações participativas para o setor, ainda estão aquém do que é fomentado e realizado na região. Os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento do setor existem, porém não são direcionados para cursos de capacitação para funcionários das unidades mantidas pela FROC, por exemplo.

A não-existência de uma Secretaria de Cultura no município assim como a não especialização no campo cultural dos gestores públicos e coordenadores dos espaços culturais da FROC dificulta a criação e efetivação de políticas públicas para o segmento. O pouco uso da FROC do seu *status* de fundação, o que a credencia para realizar mais projetos e programas culturais com apoio do governo federal e demais instituições públicas e privadas, por meio de editais, também é um ponto negativo da gestão municipal. Outra limitação da FROC é o fato de o município não possuir uma política cultural estruturada, ainda que prevista em lei, com a criação, por exemplo, de uma lei municipal de incentivo à cultura. Organizar todos os

instrumentos possíveis de gestão cultural é algo que urge em Rio das Ostras, para que o município atinja no campo da cultura o mesmo destaque que tem conseguido em outros setores.

Ao mesmo tempo em que a capacitação e profissionalização destes gestores são importantes, conforme destacado, é necessária também a articulação da FROC com universidades e demais pólos de ensino do município e da região. A Universidade Federal Fluminense – UFF mantém o curso de graduação em Produção Cultural no município, cujos alguns alunos já foram estagiários na FROC. No momento, porém, não há nenhum convênio ativo de colaboração entre as partes.

A mesma UFF realizou duas edições do Fórum de Cultura do Interior (2007 e 2008) em Rio das Ostras, com a participação média de 200 pessoas por edição, e em ambas não contou com participação da presidência da FROC. Pode-se inferir que o fato de não haver esta colaboração entre a FROC e demais instituições inclusive prejudique a relação da fundação com a sociedade civil, pois é um canal público de participação que não está sendo utilizado.

Os principais representantes oficiais da FROC na gestão municipal anterior (2005-2008) apresentaram resistência em diversos contatos para a realização desta pesquisa, em muitos momentos prejudicando o seu andamento. Com a nova gestão, iniciada em 2009, parece haver a indicação de uma mudança neste perfil, já que o recebimento desta pesquisa parece ter sido compreendido como um instrumento que pode auxiliar a atuação da FROC, e não somente criticá-la. Cabe ressaltar que em todas as visitas realizadas durante esta pesquisa foram apresentados documentos que atestavam a sua veracidade e relevância para o curso de Produção Cultural. Mesmo assim, houve bastante dificuldade no acesso ao material oficial da maioria dos setores da PMRO, conforme já citado.

Fomentar ações da sociedade civil e criar instrumentos de articulação entre a FROC, a PMRO e a comunidade também são pontos em que Rio das Ostras deve investir. O fato de ter sido um dos poucos municípios da região que não realizou conferências ou fóruns de cultura e tampouco convocou conselhos para o setor faz com que a gestão municipal desprestige a área cultural, conflitando com a visão da própria fundação.

A aprovação da PEC 150, que direciona 2% do investimento da União para a cultura, além do investimento municipal médio de 1%, como é realizado em Rio das Ostras, irá aumentar os recursos financeiros da FROC. O alto orçamento municipal da PMRO, juntamente do seu recebimento de *royalties*, ambos dados já destacados, permitem que investimentos na cultura não impliquem prejuízos para as demais áreas.

Uma das possíveis soluções para que de fato não haja necessidade de alocação de recursos de outras áreas para a cultura é articular a fundação com as secretarias do município. Áreas de conservação como o Parque dos Pássaros, no Jardim Mariléa, e o Parque Municipal de Rio das Ostras, em Mar do Norte, em que já são desenvolvidas atividades artísticas como oficinas e exposições podem ser espaços para se implantar projetos culturais com foco no meio ambiente, por exemplo. Conforme citado previamente, o Plano Diretor de Rio das Ostras e a Lei Orgânica Municipal discorrem em diversos momentos sobre a preservação do patrimônio arquitetônico, cultural e ambiental do município, estando já prevista em lei, ainda que de forma implícita, essa articulação.

Dentre o cumprimento dos objetivos deste trabalho, partiu-se de um estudo do gerenciamento dos equipamentos culturais mantidos pela FROC para traçar um perfil preliminar dos públicos de Rio das Ostras. Observaram-se com isto discrepâncias entre ações culturais da fundação e demandas da comunidade. No entanto, não foi possível durante a pesquisa verificar com associações municipais os impactos locais dos programas, projetos e eventos da FROC.

Discrepâncias entre o público consumidor da cultura em Rio das Ostras, com foco em eventos culturais, e o público consumidor de projetos e programas de Rio das Ostras, com foco em cursos da FROC, também foram observadas, mas durante a pesquisa surgiram poucas informações que pudessem atestar de fato esses dados. Cabe indicar aqui a necessidade de desdobrar essa definição de públicos em duas análises mais aprofundadas, em prol de aferir com mais segurança essa diferenciação de perfis.

Ainda que esta pesquisa tenha sido realizada entre os anos de 2006 a 2009, os dados dos dois últimos anos compreendidos neste período ainda não foram de todo analisados devido ao fato de estarem sendo fechados por diversos órgãos de pesquisa do país, que serviram de base para o referencial teórico e metodológico deste trabalho e que têm suas datas de fechamento para pesquisas previstas para 2010. Destaca-se assim a necessidade de dar continuidade a este trabalho, no âmbito de verificar esses dados e realizar eventuais correções.

Dentre possíveis sugestões para facilitar o diálogo entre a PMRO e a sociedade civil está a necessidade de socialização do Diário Oficial do Município de Rio das Ostras. Durante este trabalho houve grande dificuldade de acesso aos documentos, restritos às unidades municipais. Conforme também foi destacado, diversos municípios do entorno disponibilizam seus diários em sítios na internet e o mesmo processo de publicização de conteúdo poderia ser adotado pela gestão municipal de Rio das Ostras.

O acesso a outros documentos relevantes para o desenvolvimento deste trabalho, como as plantas arquitetônicas dos espaços mantidos pela FROC e o projeto de tombamento municipal da Casa da Cultura, também não foi possível durante esta pesquisa. A justificativa dada pelos órgãos oficiais do município foi a de que estes documentos estavam sendo catalogados. Há a necessidade, portanto, de verificar se no próximo ano esses documentos estarão disponíveis para consulta. Cabe ressaltar que o sítio oficial da PMRO está em constante reformulação, adicionando itens novos em uma base diária e poderia conter esses dados.

Do material elaborado pela FROC que foi possível ter contato durante este trabalho, como livros e DVDs, é fundamental ressaltar que não foi feita uma análise pedagógica detalhada de seu conteúdo nem de sua aplicação no ensino local, que, conforme brevemente citado, é prevista na Lei Orgânica. O uso deste material nas escolas públicas do município de Rio das Ostras nas disciplinas de História e Arte Educação tampouco foi analisado. No entanto, como esse material complementa as visitas guiadas do Museu Arqueológico e serve de base para o Centro de Memória Documental da Casa da Cultura, há relevância em sua análise aprofundada.

O material gráfico e de divulgação da FROC, como seus comunicados e matérias direcionados à imprensa local e regional, também não foi analisado profundamente. Em uma análise preliminar, foi possível observar o uso de imagens simbólicas do universo da cultura local na sua confecção, mas isso não foi aferido empiricamente.

No entanto, das questões que o trabalho efetivamente se propôs a responder, a única que ficou de fato prejudicada foi a que questionava as informações acerca da visão que a FROC proclama de si, referente a suprir as carências locais do segmento cultural. Ainda que o trabalho tenha apresentado fundamentações questionando o atraso da FROC perante outros órgãos de cultura regionais, não foi possível verificar qual seria o embasamento dessa visão para verificar se os espaços culturais mantidos pela FROC de fato interferem na comunidade.

Quando do início desta pesquisa, em 2006, em um momento em que ela partia apenas da motivação pessoal de compreender o segmento cultural na Região dos Lagos, havia o intuito de mapear todos os municípios desta região e dar destaque aos seus órgãos municipais de cultura, fossem eles secretarias, fundações e/ou coordenações, às suas organizações da sociedade civil e à movimentação do setor privado local no âmbito da cultura. A necessidade de delimitação do tema para a pesquisa, porém, fez com que o recorte temático direcionasse o objeto de estudo para Rio das Ostras, concentrando-se apenas no setor público.

Como um possível desdobramento para este trabalho, cabe indicar o interesse de completar a pesquisa, verificando também os demais setores culturais do município de Rio das Ostras, em prol de traçar um panorama da conjuntura cultural local. Posteriormente há também o interesse de estender novamente esse estudo para os municípios do entorno. Articulações com os setores públicos de Armação de Búzios, Cabo Frio e Macaé já foram iniciados no último ano, com o objetivo de intensificar o exercício de comparação entre o campo da cultura na região da Bacia de Campos.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 1483/2008 - Tombamento do Poço das Pedras Largo Nossa Senhora da Conceição**. Rio de Janeiro, RJ: 2008. Disponível para consulta *online* no sítio da Alerj, <www.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

_____. **Projeto de Lei nº 1527/2008 - Tombamento do Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba**. Rio de Janeiro, RJ: 2008. Disponível para consulta *online* no sítio da Alerj, <www.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

BRANT, Leonardo. **Mercado cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos**. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo, SP: Escrituras Editora - Instituto Pensarte, 2004. Coleções Visões da Cultura. Volume 3.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. Coleção Aconteceu na Casa de Rui Barbosa. Volume 1. 80 p.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução Maurício Santana Dias. 7ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008. 228 p.

CANELAS, Antonio Albino (Org.), BARBALHO, Alexandra (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, BA: EDUFBA, 2007. Coleção CULT, Volume 2.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo, SP: Editora Iluminuras, 1997.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Os federais da cultura**. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Biruta, 2003. 192 p.

FARIA, Hamilton e FERRON, Francisco (Coord.). **Cartas da Cultura - Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) 1996 - 2003**. São Paulo, SP: Instituto Pólis, 2003. Caderno Pólis 7. 32 p.

_____. (Org.); MOREIRA, Altair; (Org.); VERSOLATO, Fernanda, (Org.) **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. São Paulo, SP: Instituto Pólis, 2005. Publicações Pólis 48. 128p.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Perfil de consumo de cultura do brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Fecomércio-RJ, 2009. Disponível para consulta *online* no sítio <www.fecomercio-rj.org.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

FONSECA JR, Eduardo. **Sambaquis e quilombolas nas terras fluminenses**. Rio das Ostras, RJ: Gráfica Iriri, 2004. Coleção Rio das Ostras Literatura e Memória. 117 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2002.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2004.

ITAÚ CULTURAL. **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - nº 1 a 8 (jan/2007 a jul/2009)**. - São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007-2009.

INSTITUTO PÓLIS. **Idéias para a ação municipal. Dicas nº 082, 083, 095, 113, 116, 180, 189, 199, 201, 206, 220 e 230 (1997 a 2005)**. Disponível para consulta *online* no sítio do Pólis <www.polis.org.br>. Acesso em: 28 de outubro de 2009.

_____. **Participação popular na construção do poder local.** n° 19 (novembro). São Paulo, SP: 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 18ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora, 2005.

LIMA, Maria da Glória de Almeida. **Pérola entre o rio e o mar: História de Rio das Ostras.** 3ª edição. Rio das Ostras, RJ: Poema, 1998.

MARTINS, Marcio. **Rio das Ostras: Uma análise urbana na pequena escala.** Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Niterói, RJ: 2007. Disponível para consulta *online* em <www.scribd.com/doc/6779619/Rio-Das-Ostras-Viagem-de-Estudo>. Acesso em: 30 de novembro de 2009.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **500 anos de História do Brasil: resumo esquemático.** São Paulo, SP: LTr, 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais.** 2ª edição revista e atualizada. Brasília, DF: MinC, 2009.

_____. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participações e expectativas.** Brasília, DF: MinC, 2009.

NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. **Guia brasileiro de produção cultural 2007: educar para a cultura.** São Paulo, SP: Editora Zé do Livro, 2006.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **O mercado da cultura em tempos (pós) modernos.** Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2000. 96 p.

_____. (Org.). **Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares.** Salvador, BA: EDUFBA, 2007. Coleção CULT, Volume 1. 257 p.

PORTO, Marta. **Construindo o público a partir da cultura - Gestão municipal e participação social**. Artigo publicado pelo Ministério da Cultura, 2006. Disponível para consulta *online* no sítio Comunicação em Causas Públicas: <www.xbrasil.net/areas_outras_publicacoes.php>. Acesso em: 17 de maio de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. **Edital nº 001/2008 - V Concurso Público do Município de Rio das Ostras**. Rio das Ostras, RJ: 2008. Disponível para consulta *online* no sítio da PMRO, item V Concurso: <www.riodasostras.rj.gov.br/leisecodigos.html>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

_____. **Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras**. Rio das Ostras, RJ: 2001. Disponível para consulta *online* no sítio da PMRO, item Leis e Códigos: <www.riodasostras.rj.gov.br/leisecodigos.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

_____. **Orçamento Participativo Jovem de Rio das Ostras**. Rio das Ostras, RJ: 2008. Disponível para consulta *online* no sítio da PMRO, item Secretaria de Planejamento: <www.riodasostras.rj.gov.br/planejamento/orcamentopar2.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

_____. **Plano Diretor do Município de Rio das Ostras**. Lei Complementar 004/2006. Rio das Ostras, RJ: 2006. Disponível para consulta *online* no sítio da PMRO, item Leis e Códigos: <www.riodasostras.rj.gov.br/leisecodigos.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, BA: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005. Coleção Sala de Aula. 186 p.

TRINDADE, Denise. **Arqueologia e memória: o caso da musealização do Sambaqui da Tarioba**. 3ª edição. Rio das Ostras, RJ: Gráfica Iriri, 2004. Coleção Rio das Ostras Literatura e Memória. 80p.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Boletim de difusão das informações e promoção do debate sobre a distribuição dos royalties do petróleo – Petróleo, royalties & região**.

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Ano V, nº 17 - Setembro / 2007.
Os *royalties* e seus impactos. UCAM Campos dos Goytacazes, RJ: 2007.

_____. **Boletim de difusão das informações e promoção do debate sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo – Petróleo, *royalties* & região.** Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Ano VII, nº 25 - Setembro / 2009. Especial. UCAM Campos dos Goytacazes, RJ: 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Revista Rio de Janeiro / Fórum do Rio de Janeiro (UERJ) - nº 18-19, (jan.-dez. 2006): Interior fluminense.** Rio de Janeiro, RJ: UERJ / Fórum-Rio, 2006.

ANEXOS

Anexo 7.1 – Do Plano Diretor de Rio das Ostras

Título III – Do ordenamento e controle urbanístico e ambiental

Capítulo II – Da ordenação do parcelamento, uso e ocupação do solo

Seção I – Do zoneamento ambiental

Art. 73. As Áreas de Proteção ao Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico serão tombadas pelo Poder Executivo Municipal para a preservação do patrimônio natural, paisagístico, histórico e cultural.

§ 1º Todos os Sítios Arqueológicos existentes e que vierem a ser descobertos deverão ser tombados na forma da Lei e integrar o zoneamento urbano e rural do Município.

§ 2º Fica tombado, para preservação, o imóvel que abriga a Casa da Cultura, patrimônio do Município, desapropriado através do Decreto 06/97, cujas restrições necessárias à sua proteção, serão estabelecidas por Decreto do Executivo, não podendo ser a edificação demolida, sem prévia autorização especial da Fundação Rio das Ostras de Cultura, nem ser reparada, pintada ou restaurada na ausência da referida autorização.

§ 3º O Parque Municipal, sítio de valor paisagístico e ambiental será tombado pelo Poder Executivo, ou declarado como Unidade de Conservação Municipal para preservação de seu patrimônio, estabelecendo-se por ato próprio as restrições necessárias à sua proteção.

§ 4º Os danos ou ameaças às Áreas de Proteção ao Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico serão punidos na forma da lei.

§ 5º A Fundação Rio das Ostras de Cultura poderá indicar ao Poder Executivo ou Legislativo os demais patrimônios a que se refere este artigo para que sejam tombados pelo poder público.

Anexo 7.2 – Da Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras – Parte I

Seção II – Da política educacional cultural e desportiva

Subseção I – Da educação

Art. 191 - Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorização de sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental.

Seção VII – Da política do meio ambiente

Art. 248 - Proteger e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, biológico, ecológico, paisagístico, histórico e arquitetônico.

Seção VIII – Da política de turismo

Art. 254 - O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregados sobre a vida das comunidades envolvidas, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e a cultura das localidades onde vier a ser explorado.

§ 1º - O Município definirá a política municipal do turismo, buscando proporcionar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento da atividade.

§ 2º - O instrumento básico de atuação do Município no setor será o Plano Diretor de Turismo, que deverá estabelecer, com base no inventário do potencial turístico das diferentes regiões do Município, e com a participação dos administradores envolvidos nas ações de planejamento, promoção e execução da política de que trata este artigo.

§ 3º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao Município, em ação conjunta com o Estado, promover especialmente: **I** - o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e função dos bens naturais e culturais de interesse turístico;

Art. 255 - O planejamento do turismo municipal visará, sempre que possível, a participação e o patrocínio da iniciativa privada voltada para esse setor, e terá como objetivo a divulgação das potencialidade culturais, históricas e paisagísticas do Município de Rio das Ostras.

Seção IX – Da política agrícola

Art. 263 - O Município deverá, por iniciativa própria, ou em convênio com órgãos federais e estaduais, garantir: **III** - infra-estruturas físicas, viárias, sociais e de serviços da zona rural, neles incluídos a eletrificação, telefonia, armazenamento, irrigação, estradas e transportes, educação, saúde, segurança, assistência social e cultural de esporte e lazer.

Anexo 7.3 – Da Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras – Parte II

Título I – Disposições preliminares

Art. 6º - São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino representativos de sua cultura histórica.

Anexo 7.4 – Questionário para Análise de Gestão de Espaço Cultural – Parte I

MODELO

Processos de Gestão Cultural

- Quantas pessoas fazem parte da equipe da FROC? Qual o seu quadro de atribuição de funções?
- Quais os programas e políticas culturais implementados pela FROC? O que eles fomentam?
- Qual a relação da FROC com os artistas e produtores culturais?
- Como é feita a medição do público?
- Como surgiu a Casa da Cultura Dr. Bento da Costa Júnior?
- Há ações de capacitação para os funcionários e para o público? Em quais campos?
- Existe algum mapeamento cultural sendo feito pela FROC? Já foi feito? Quais os resultados?
- Quais as linguagens artísticas de maior destaque no município? Quais os instrumentos utilizados para se obter esses resultados?
- Há integração da Cultura com outras fundações, casas ou secretarias do município?
- Existem ações com co-irmãs da Educação, do Turismo, de Meio Ambiente, de Bem estar social, de Negócios para o petróleo?
- Há integração com outros municípios da região? Ações consorciadas?
- Como é feita a relação com o Estado (RJ) e com a esfera federal? Existem ações acontecendo?
- Qual a composição do Conselho Municipal de Cultura, como se deu sua formação e desde quando? Foram tiradas diretrizes? Foram feitos Fóruns e Conferência (O que está previsto na Lei Orgânica)?
- Existe Fundo municipal de Cultura? Promovem editais?
- Há experiências de PPP (parcerias público-privadas)?
- Utiliza mecanismos das leis de incentivo e/ou do FNC?
- Como se dão a comunicação e a divulgação das ações da FROC?
- Quais as dificuldades e potencialidades da gestão desde seu início?
- Quais as pesquisas que já foram realizadas pela FROC para traçar o perfil do público e do usuário dos espaços culturais?

Anexo 7.5 – Questionário para Análise de Gestão de Espaço Cultural – Parte II

MODELO

Administração e Gerência Cultural II

- Como foi elaborado o projeto arquitetônico? E a divisão física do espaço? Por que unificar e/ou dividir da maneira que foi feita? Plantas do espaço (número e tamanho das salas).
- Como é feita a divisão da gerência desse espaço cultural? Organogramas e/ou mapas da estrutura. Como é o setor técnico e/ou administrativo de cada área? Existe autonomia?
- Como é feita a seleção de funcionário do espaço cultural (convênios de estágio, edital de concursos)? E a capacitação (programas existentes para isso)? E a equipe de cada exposição/evento?
- Se existir, como funciona o setor de comunicação do espaço (relações públicas, assessor de imprensa, é um setor terceirizado ou tem as tarefas realizadas por outro setor – SECOM da prefeitura, por exemplo)? Há algum mecanismo de medição de tipo de público, alguma pesquisa? E de marca (retorno publicitário)? Como é elaborado o material gráfico: catálogos, filipetas (se variam com os eventos)? Quais os meios de comunicação utilizados para divulgação?
- Qual a política cultural do espaço? E a relação entre as demais políticas públicas (regionais, estaduais, federais) e privadas?
- Escolha de atividades para o espaço: Atividade permanente x Atividade temporária
Eventos grátis x Eventos cobrados
Responsabilidade Social
Existem atividades como visitas guiadas? Como é feito o contato com a administração do espaço para a existência dessas atividades (exposições, espetáculos, apresentação de artistas)? Como é (foi) escolhida a temática do espaço cultural?
- Elaboração de calendário, atividades integradas entre as subdivisões do espaço, como é feito o diálogo? Como é feita a escolha dos projetos culturais a serem realizados: há edital? Quais os contatos feitos com recursos envolvidos? Empresas parceiras, apoiadoras, patrocínio.

Anexo 7.6 – Pesquisa Sócio-Cultural 2005

Universidade Federal Fluminense

Pólo Universitário de Rio das Ostras

Curso de Produção Cultural

Pesquisa Sócio-Cultural – 2005

Gênero:

Masculino

Feminino

1) Local de origem:

Morador área urbana área rural Bairro: _____

Morador na região

Visitante de outras localidades

2) Faixa etária até 17 anos 18 a 30 31 a 55 56 ou mais

3) Grau de instrução 1º grau 2º grau Universitário 3º grau

4) Nível de renda 1 SM ou - 1 a 2 SM 2 a 5 SM + 5 SM

5) Desenvolve atividade artística Não Sim Não, mas gostaria
na área: musical canto teatral dança literatura pintura
 escultura artesanato: _____ outra: _____

6) Principais interesses culturais (ordenar até 3 prioridades)

oficinas artísticas mostras de cinema mostras de teatro

espetáculos de dança shows musicais exposições de artes plásticas

palestras – tema : _____

7) O que espera encontrar nos eventos culturais (até 2 respostas)

artistas de fora artistas locais palestras sobre o tema diversidade de expressões

8) Atividade artística é bom para (até 2 respostas)

aprender apreciar se divertir encontrar amigos sair com familiares

9) Dificuldades em relação à arte

falta de espaço na cidade falta de espaço no bairro falta de oportunidade

locais muito formais falta de compreensão falta de interesse pessoal

10) Propostas: _____

Entrevistador: _____

